

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA POS GRADUAÇÃO LATO SENSO

PSICANALISE E LINGUAGEM: UMA OUTRA PSICOPATOLOGIA

ADOÇÃO E PARENTALIDADE.

ADRIANE CARQUEIJO DOS SANTOS

Orientadora: Tamara Dias Brockhausen

Monografia apresentada como
parte dos requisitos para o
certificado de Especialização em
“Psicanálise e linguagem: uma
outra psicopatologia”.

São Paulo

2014

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA POS GRADUAÇÃO LATO SENSO

PSICANALISE E LINGUAGEM: UMA OUTRA PSICOPATOLOGIA

ADOÇÃO E PARENTALIDADE.

ADRIANE CARQUEIJO DOS SANTOS

Orientadora: Tamara Dias Brockhausen

São Paulo

2014

Agradecimentos.

Primeiramente agradeço à coordenadora do curso, Sandra Dias, que proporcionou um excelente curso, rico de experiências e conteúdos teóricos. Outro agradecimento em especial à minha coordenadora, Tamara Dias Brockhausen, que proporcionou uma excelente orientação e auxílio na elaboração deste trabalho.

Agradeço também a todos os Professores e alunos e que contribuíram com seus conhecimentos, proporcionando um enriquecimento acadêmico.

Agradeço aos meus pais por tudo aquilo que me ensinaram e incentivaram em todos os momentos que enfrentei, proporcionando apoio emocional.

Por último, mas não menos importante, agradeço Luiz Henrique por todo companheirismo, compreensão, força e apoio que me ofereceu durante o processo de elaboração deste trabalho.

SANTOS, Adriane Carqueijo dos. Adoção e Parentalidade, 2014.

Orientadora: Tamara Dias Brockhausen

RESUMO

O objetivo deste estudo é refletir sobre a adoção e parentalidade dentro da perspectiva da psicanálise. Primeiramente visando o conceito de parentalidade dentro da psicanálise, passando pelo Outro Primordial, exercido pela mãe ou quem ocupa essa função e, posteriormente, trabalhando o conceito da Função Paterna para compreendermos e esclarecermos se o vínculo sanguíneo interfere na filiação dentro do processo de adoção psíquica. Temos como objetivo compreender a parentalidade dentro da psicanálise e seus possíveis impasses em um processo de adoção psíquica com objetivo de ampliar a compreensão sobre o tema, tendo como base o referencial teórico de Lacan e Hamad. O trabalho de pesquisa apresentou como resultado que a filiação se estabelece pela inscrição no desejo, seja esse filho adotivo ou biológico, pois apenas o desejo legitima a filiação. Assim, a adoção psíquica é um movimento recíproco, pois a criança também precisa desejar seus pais para se filiar e se inscrever seu lugar de filho, portanto ambos, pais e filhos, exercem grande influência no processo de adoção psíquica.

Palavras-chave: adoção, parentalidade, Outro Primordial e Função Paterna.

SANTOS, Adriane Carqueijo dos. Adoption and Parenting, 2014.

Guiding: Tamara Dias Brockhausen

Abstract

The aim of this study is to discuss the adoption and parenting from the perspective of psychoanalysis. Primarily aimed at the concept of parenting within psychoanalysis, through Another Primordial exercised by the mother or whoever occupies this function and then working the concept of Paterna function to understand and clarify if blood bond interferes with the membership within the psychic adoption process. We aim to understand the parenting within psychoanalysis and its possible deadlocks in a process of psychic adoption in order to broaden the understanding of the subject, based on the theoretical framework of Lacan and Hamad. The research result showed that membership is established by the inscription on the desire, whether it be biological or adopted child, because only the legitimate desire membership. So the psychic adoption is a reciprocal motion, because the child needs to also want their parents to join and enroll your child place, so both parents and children, have great influence on the psychic adoption process.

Keywords: adoption, parenting, Other Primordial and Paterna function.

SUMÁRIO

Resumo

Abstract

Introdução	07
I - A Parentalidade na Psicanálise	12
1.1 Parentalidade e o Outro da criança	12
II. Função Materna.	16
III. Função Paterna e o Nome do Pai.	23
IV- A Parentalidade e o desejo de ter um filho.	30
4.1 - O desejo de ter um filho e a busca pela adoção.	34
V - O Sujeito e seu Outro	48
5.1 - A causação do sujeito e a operação de alienação	49
5.2 - A causação do sujeito e a operação de separação	57
5.3 - O filho adotivo e sua influência no processo de adoção.	62
VI – Conclusão	68
VII - Referencias Bibliográficas	72

Introdução

A adoção é compreendida como a prática de estabelecer o vínculo pela filiação, já exercida na sociedade há séculos. A adoção como forma de se estabelecer o vínculo através da filiação data do século 28. A mais antiga adoção documentada da história ocorreu no século 28 A.C., a de Sargon I, o rei-fundador da Babilônia.

Presenciamos muitas histórias de adoção por toda a existência da humanidade, podemos ter acesso pelos mitos gregos e romanos. Na história da humanidade, por exemplo, encontramos menção à adoção nos mitos gregos e romanos. Édipo, uma das mais importantes figuras mitológicas, foi abandonado ao nascer pelo seu pai Laio, e adotado duas vezes, uma pelo pastor e depois pelo rei de Corinto.

Outra história bastante conhecida é de Moisés, adotado pela filha de um Faraó ao ser encontrado em um cesto às margens do Rio Nilo, sendo educado na corte como um príncipe do Egito.

A forma de pensar a adoção sofreu mudanças importantes nos últimos séculos, tendo as grandes guerras representado marco importante nesse sentido. Se antes a adoção buscava a satisfação apenas dos adotantes, vez que este era tido como propriedade, de grandes mudanças históricas, a adoção passou a um modelo mais humanitário, que passou a levar em consideração o bem estar do adotado.

Em que pese as mudanças observadas ao longo dos séculos na forma de se pensar a adoção, esta sempre foi tema carregado de polêmica, preconceito, como, por exemplo, a reprovação social de um casal infértil, incapaz de gerar seus herdeiros.

Nesta mesma esteira, também observamos a dificuldade dos profissionais que atuam junto a estas famílias e crianças, quando compreendem o ato de adotar como sinônimo de caridade, posto que tal adjetivo, significa de forma negativa, o adotar ou ser adotado.

Nesse sentido, Lacan (1998) comenta o beijo dado por santo Agostinho no mendigo, como dom do amor e, por sua vez, criticando o ato de dar esmolas, visto que não lhe traz dignidade, somente o coisifica.

O tema quando abordado pelas mídias, seja em novelas, filmes e séries, frequentemente carregados de carga dramática, enfatizam a visão negativa da adoção, evidenciando casos de adoção mal sucedidos. Inclusive trazendo uma dimensão equivocada e diferenciada da adoção, como se tais fracassos não pudessem acontecer com frequência com os filhos biológicos

O estudo do tema adoção surgiu a partir da experiência com a clínica infantil, ocasião em que pudemos observar a frequência com que os pais destas crianças atribuem o significante “adotado” como forma explicativa de todo e qualquer sintoma infantil. Escutamos as mesmas frases: “Meu filho não tira notas boas porque foi adotado”, “Ela é gaga, tenho medo de que isso seja da família dela”.

A queixa inicial dos pais, tal como os problemas de aprendizagem, de fala, de comportamento, eram automaticamente atribuídos a uma fórmula

explicativa, ou, o que podemos dizer, fórmula fantasiosa. O que essa fórmula de fantasia parental denuncia acerca da posição subjetiva destes pais adotivos frente ao filho adotado? Ou melhor, o que denuncia acerca da posição deste pais frente à esse filho?

Uma mãe disse sobre sua filha *“ela é gaga, tenho medo que isso seja da família dela”* (sic), referindo-se aos pais biológicos. Se a família da criança é apontada pelos próprios pais como outra, qual lugar resta que filho ocupe para estes pais? Será possível questionarmos se o sintoma infantil, quando tomado nesta fórmula do adotado, apontaria nos pais uma titubeação na filiação e nomeação do filho?

Se os pais deslocam toda e qualquer a origem do sintoma como exterior à rede significativa desta família, a problemática é do filho adotado, ou dos pais enquanto conflituosos quanto ao desejo de se ter um filho? O que nos ensina a psicanálise acerca da adoção? Podemos traçar efeitos subjetivos a priori, quando se adota um filho, ou quando este é adotado?

Diante das questões apresentadas faz-se necessário o estudo, de casos como o narrado, em que a resposta aos problemas vivenciados nas relações pai-filho são, via de regra, entendidos como derivados da adoção. Contudo, devemos nos atentar para os conflitos que realmente ocorrem nesse processo de filiação, onde os significantes enunciados tomam caráter significativo ao estudo desta problemática.

A questão ecoa na medida em que toma proporções mais sérias nos casos de crianças adotadas e devolvidas, situações que infelizmente acontecem com certa frequência. O que a psicanálise pode nos ensinar acerca

do significante cristalizado como “adotada” em torno da criança? Qual trabalho analítico possível em face da problemática? Seria um trabalho só com a criança, ou com a família?

Contrariamente ao que fora exemplificado, a clínica também traz exemplos de crianças adotadas trazidas por seus pais, os quais expressam queixas não diferenciadas quanto ao lugar de origem adotiva Pais que não marcam a origem dos problemas, sintomas ou queixas do filho como algo externo a origem do próprio desejo de um filho, não atribuindo a este o significante de “um filho adotado”.

Podemos observar que em alguns casos a filiação ocorre inversamente, os filhos passam a apresentar doenças hereditárias da família adotante e apresentar semelhanças físicas com seus pais.

Essa diferença na relação entre os sujeitos aponta algumas questões que o presente trabalho procurará elucidar, a exemplo, identificar as razões de que, em alguns casos, filhos adotivos são problemáticos e em outros não.

Pode-se pensar que para os pais seria problemático desejar um filho que não tem a mesma origem biológica deles Entretanto, a psicanálise subverte este entendimento quando postula que todo filho, mesmo o biológico, deve passar pela adoção simbólica de seus pais.

Nesse sentido, Hamad (2002) tece comentários:

O que constitui uma família não é, pura e simplesmente, redutível o laço biológico. O que constitui família é essa operação de subjetivação que permite a criança inscrever-se simbolicamente numa

linhagem graças ao concurso de seus tutores e em função da posição de cada um deles, particularmente a mãe tutora, com relação ao falo. (p.93)

Ou seja, toda criança, sendo filho biológico ou não, advirá enquanto sujeito a partir da sua inscrição na linhagem familiar simbólica.

Passaremos ao conceito da parentalidade e os eventuais problemas ocorridos na instauração dessas funções.

I - A Parentalidade na Psicanálise

1.1 Parentalidade e o Outro da criança

Na psicanálise, distingue-se a relação marital e parental. É através da parentalidade compreendemos o contexto familiar e a constituição do sujeito.

Freud, no decorrer de sua obra discorre sobre a função da família, seus efeitos sobre a criança e a formação dos laços sociais a partir da interdição do incesto e da lei.

Em *Totem e Tabu* (Freud, 1913), tem-se que a constituição do psiquismo que se dá a partir do desejo dos pais e das primeiras experiências sociais.

O referido texto, ao apresentar o complexo de Édipo e o pai, situados na origem familiar, Freud compreende a parentalidade através da complexa relação entre os pais e filhos envolvidos e as funções que eles exercem na família.

Lacan, em *Os complexos familiares na formação do Indivíduo* (2002), se refere à família como uma realidade constituída nas relações sociais, alegando que a mesma desempenha um papel fundamental na transmissão da cultura, na primeira educação, no recalque das pulsões e no processo de aquisição da linguagem, estabelecendo a continuidade psíquica entre as gerações.

Lacan afirma que,

Entre todos os grupos humanos, a família desempenha um papel primordial na transmissão da cultura. Se as tradições espirituais, a manutenção dos ritos e dos costumes, a conservação das técnicas e do

patrimônio são com ela disputados por outros grupos sociais, a família prevalece na primeira educação, na repressão dos instintos, na aquisição da língua, acertadamente chamada materna. Com isso ela preside os processos fundamentais do desenvolvimento psíquico (...) transmite estruturas de comportamento e de representação cujo jogo ultrapassa os limites da consciência.(2002, p. 13).

O mesmo autor faz a distinção da família no olhar da sociologia e da biologia, para ele, a família não é uma célula social, tampouco constituída por laços sanguíneos, tratando-se da circulação do desejo entre seus membros.

Na família, descrita por Lacan, a constituição do sujeito se estrutura pelos desejos materno e paterno, pela posição da criança frente a desejo, ou seja, ocorre através dos complexos organizadores do psiquismo.

Hamad (2010), ao estudar a família, a introdução da criança, independente da origem (sanguínea ou não) causa um abalo emocional e psíquico. Os pais se confrontam com seus elementos históricos e problemáticas inconscientes, os quais derivam de suas próprias vivências do complexo de Édipo, influenciando em sua função parental.

Segundo o referido autor, Lacan entende como complexos familiares é, na realidade, a organização das relações entre gerações, as quais possibilitam, entre outros, o desejo. Assim para que tenha um pai, necessita-se de sua inscrição no desejo.

Hamad salienta que

(...) a família não se constrói sem o desenrolar de um conjunto de complexos que designam a cada um de seus membros um lugar e uma função que constituem o suporte do que está em jogo no Édipo. (2010, p.24).

Para a psicanálise, a parentalidade se refere às funções paternal e Outro Primordial não uma condição física real – torna-se mãe única e tão somente pelo nascimento ou adoção de um filho. Tais funções são sustentadas pela relação que o sujeito tem com o desejo e a castração.

Nesse sentido, Hamad desenvolve que “a função paterna ou materna não é sinônimo de pai ou mãe biológica; ela é apanágio daqueles ou daquelas que representam um papel importante na vida da criança.” (2002,p.41)

Dolto (1996), no mesmo sentido, afirma que ser pai ou não, para a psicanálise, trata-se de sentimentos e atitudes de adoção decorrentes do desejo, não se trata apenas do âmbito biológico.

Roudinesco, em sua obra *Em Lacan, a despeito de tudo e de todos*, refere: “Lacan afirmava, mais uma vez, que a família só está no fundamento das sociedades humanas porque é dominada pelo primado da linguagem: a nomeação, dirá, permite a um sujeito adquirir uma identidade.” (2011, p. 42).

Lacan (1995), afirma que ser mãe e pai está relacionado ao cuidado, a uma posição assumida de desejo frente à criança, apresentando a questão de ser mãe e pai enquanto funções, no mesmo sentido, Hamad (2010) diz:

(...) mãe e pai são significantes abertos que designam os homens e as mulheres que ocupam, para uma criança, a função materna e

paterna no momento em que, ainda pequena, ela tem a necessidade de um Outro materno que sustente a hipótese de um outro desejante. (p.102).

Dessa maneira, a construção subjetiva da criança se dá pelo Outro, desenvolvendo-se através deste a família e figuras parentais, que são apresentadas como funções.

Tais funções não são exercidas necessariamente pelos pais biológicos, visto que, como dito, a parentalidade ocorre simbolicamente, construído por representações culturais, significantes e processos identificantes.

À partir da teoria ilustrada acima, podemos concluir que os pais, na psicanálise, representam as funções maternas e paternas simbólicas, figurando como elementos de uma cadeia de significantes determinados pela lei da linguagem.

Assim como as crianças, os pais estão no mesmo campo simbólico, permitindo a circulação, sintomas e significantes.

Por fim, diante dos autores analisados, resta evidente que os pais representam as funções maternas e paternas, o que auxiliará na melhor compreensão dessas funções a serem estudadas adiante.

II. Função Materna.

A função materna não é exercida necessariamente pela mãe biológica, mas pelo sujeito que a ocupe, observando-se também não se faz necessário de vínculo estreito com a criança, pois, por vezes, esta elege o sujeito para exercer a função.

Para compreendermos a função materna, faz-se necessário ressaltar que para a psicanálise o sujeito é um sujeito da linguagem.

Lacan reconstrói, à partir da teoria de Saussure, a idéia de que o sujeito advém da linguagem, visto que a linguagem seria constituída essencialmente de significantes e não signos, pois, em decorrência da pluralidade de sujeitos, os signos não teriam o mesmo significado para cada um deles.

O Inconsciente é estruturado pela linguagem, representado pelos significantes do Outro e, em decorrência disso, o sujeito, sendo efeito do significante, está submetido à sua lei, inscrito no simbólico.

Corroborando a idéia de que a filiação e parentalidade se dão simbolicamente, Dolto, 1998, apresenta o seguinte entendimento que afasta a necessidade da filiação real - sanguínea:

A pretexto de que a lei sangue prima sobre a estrutura, o homem se torna um simples mamífero, como se fossem as características físicas que fazem alguém ser filho de alguém. O humano não é redutivo aos seus vínculos biológicos. É na cultura e na linguagem que as relações se tornam estruturantes. (p. 87)

Neste diapasão, a função materna representa o Outro Primordial que introduzirá a criança no campo da cultura da linguagem. Tal função desempenha importante papel no suporte especular, pulsional, corporal e significante.

Lacan (1998) leciona que, anteriormente ao nascimento de um filho, existe a representação do seu psiquismo, uma antecipação que acontece até mesmo antes da gestação, construindo-se um filho imaginário.

Referida antecipação representa o lugar que, no discurso, a mãe insere a criança num “berço simbólico”, inscrevendo-a simbolicamente através de uma cadeia de significantes que a introduzirá na família. Dessa maneira, o sujeito só se constitui a partir do desejo do Outro primordial, que desempenhará o papel de introduzir o significante guia desse sujeito/criança.

Outro Primordial é eleito pelo sujeito desejante, sobretudo em episódios onde a mãe é ausente, exemplo disso, podemos citar casos em que crianças residentes de abrigo elegem uma cuidadora para ocupar essa função, ainda que não exista reciprocidade nessa eleição. Tal escolha é tão importante à essas crianças que, por exemplo, acalmam-se com a voz do Outro Primordial eleito, procurando-o em momentos de angústia.

O Outro Primordial é responsável pelos cuidados das necessidades do bebê, garantindo sua sobrevivência frente à sua dependência e desamparo e, o mais importante, marcando o desejo, onde o infans se torna um sujeito, visto a sua inserção na linguagem e no mundo simbólico por esse Outro Primordial.

De acordo com Dolto (1996),

(...) a função simbólica é fundadora do ser humano. É ela que permite ao filho do homem, nascido impotente, para sobreviver sem a tutela parental desenvolver uma relação inter-humana de dependência fundamental primária daquelas que desempenham, em relação à ele, o papel de provedor e posteriormente de tutores. (p. 231)

A respeito da função materna, Hamad (2010) afirma que

(...) não existe parentalidade, há uma função paternal ou maternal, essa função se legitima, para um homem em seu desejo para a mulher, e para a mulher seu desejo em um homem. E é justamente por isso que o Outro Materno é, ao mesmo tempo, corpo carnal e corpo de desejo. Ele está duplamente implicado: inicialmente como corpo que participa da satisfação das necessidades de uma criança, que é também o que verdadeiramente está em jogo no gozo comum entre mãe e criança e, em seguida, como fala que a divide. A mãe fala e sabe antecipar o desejo da criança, certamente, mas esse sabe se inscrever como falante. (p.132)

Mais adiante continua:

Nós nos inscrevemos como sujeito à medida que o Outro revela a nós, como um lugar, o lugar da linguagem, e não mais como uma garantia, aquela que sabe qualquer coisa, o verdadeiro sobre minha verdade por exemplo. Este Outro, colocado enquanto lugar, introduz a falta como alguma coisa de estrutural no sujeito humano, e nesse

sentido, pais adotivos ou de origem estão alojados na mesma insígnia.
(Hamad, 2010, p.67)

Conforme referidos autores e anteriormente citado, o Outro Primordial da criança que dará existência ao infans, deixando este de ser um “pedaço de carne”, passando a se tornar efetivamente um sujeito, um ser faltante, marcado simbolicamente na linguagem.

Lacan (1998) no texto *O estádio do espelho como formador da função do eu*, o estádio do espelho acontece antes da linguagem, quando o infans, que tem o corpo despedaçado, assume uma imagem, dada pelo Outro Primordial, o sujeito que exerce a função materna.

Lacan descreve esse estadio de espelho como “esta relação erótica na qual o indivíduo humano se fixa a uma imagem que o aliena a si mesmo, é a energia e é a forma de onde toma origem esta organização passional que se denominará seu eu [*moi*]” (p. 113). Discorreremos sobre o conceito da alienação mais à frente, no capítulo O Sujeito e O outro.

Para o psicanalista, o Eu é algo preso à tópica do Imaginário, dessa forma a criança tem consciência de si enquanto unidade ao se alienar na imagem do Outro, através da relação especular com sua mãe. Com isso a criança pode entrar no jogo imaginário:

É na medida em que o imaginário entra em jogo que, sob a fundação de duas primeiras relações simbólicas entre o objeto e a mãe da criança, pode aparecer isto, que à mãe como à ele pode faltar imaginariamente algo. É na relação especular que o sujeito tem a

experiência e a apreensão de uma falta possível, que algo para além pode existir, que é uma falta. (Lacan, 1994, p. 176)

Mais adiante Lacan desenvolve:

(...) a experiência especular do outro como formando uma totalidade é uma condição preestabelecida. É em relação a esta imagem que o sujeito toma conta de que pode, a ele, faltar algo. O sujeito leva assim para além do objeto de amor esta falta pela qual ele pode ser ameaçado a se substituir, a se propor ele mesmo como o objeto que o preenche. (p. 177)

À partir do estadió do espelho podemos afirmar que a criança tem acesso ao Outro no nível imaginário, passando a se guiar à partir de uma imagem ideal que lhe falta algo.

A criança reconhece seu corpo e a mãe como outro ser, separado. Nesse momento a criança se dá conta da onipotência da mãe, entrando no registro do simbólico, conseguindo simbolizar o jogo de presença e ausência da mãe.

Identificada como um ser faltante, a criança demandará da mãe para além das suas necessidades, demandando sua presença e ser amada pela mãe, sendo um apelo do registro do simbólico.

Quando a criança percebe a ausência da mãe, "(...) esta simbolização primordial abre para criança, ainda assim, a dimensão do que a mãe pode desejar de diferente, como se diz, sobre o plano imaginário" (Lacan, 1998, p.

188). A criança se coloca imaginariamente no desejo da mãe, se identifica como objeto de sua satisfação, pois “(...) o sujeito se identifica especularmente com aquilo que é o objeto de desejo da mãe” (Lacan, 1998, p. 198).

Lacan chama de primeiro tempo do Édipo o momento em que a criança se identifica especularmente com o objeto do desejo da mãe, é exatamente quando a “criança busca, como desejo de desejo, é o poder de satisfazer ao desejo de sua mãe, quer dizer, *to be or not to be* o objeto do desejo da mãe” (Lacan, 1998, p. 197).

Nesse sentido Lacan precisa:

não se trata simplesmente da apetência das atenções, do contato, ou da presença da mãe, mas da apetência de seu desejo. A partir dessa primeira simbolização em que se afirma o desejo da criança, esboçam todas as complicações, posteriores da simbolização, na medida em que seu desejo é o desejo da sua mãe. (1998, p. 188).

Ou seja, o que está em jogo é a criança no lugar do desejo da mãe como falo imaginário.

Em torno do falo, objeto central da economia libidinal do sujeito, que ocorre toda troca social, onde está a ordem simbólica, o falo que é privado na entrada de Édipo na menina e que determina o desejo da criança em seu primeiro tempo lógico de Édipo.

O desejo da mãe, nesse momento, aparece como a entrada da criança no “jogo” de reconhecimento do desejo, “(...) a criança, maior ou menor de astúcia ou sorte, pode conseguir vislumbrar desde muito cedo o que é o x imaginário e, uma vez que tendo compreendido, a se fazer falo da mãe”

(Lacan, 1998, p. 181), ou seja, a criança passa a ser o falo para a mãe – o desejo da criança é o desejo do desejo da mãe.

Quando a criança ocupa o lugar de ser o objeto do desejo da mãe, fica numa posição de angústia, petrificada frente ao desejo. Lacan (1994) exemplifica a posição angustiante com a metáfora do crocodilo de boca aberta prestes a devorar o que deseja, descrevendo como devorador, de ser devorado pelo desejo materno.

A partir desse momento a entrada do pai é necessária para privar a mãe de perpetuar a criança no lugar ocupado pelo falo, pois, barrando seu desejo a criança, pode sair dessa posição na qual não se sustentaria.

Hamad (2010) coloca que “os significantes da mãe representam uma pedra que ela extrai de uma pedreira simbólica que esta lá antes dela, e que fica até que um homem fale e se faça compreender por um outro.” (p. 135)

O pai entra nesse “jogo” ocupando a posição do falo, deslocando a criança desse lugar que por sua vez passará a se identificar com esse pai possuidor do falo, representante da lei.

Assim, demonstra-se a necessidade da entrada da função paterna, que deve ser autorizada pela mãe para que ocorra com sucesso. No entanto, o sucesso desta operação só ocorrerá se a mãe estiver marcada com castração simbólica.

Dessa maneira, devemos reforçar a necessidade que o significante Nome-do-Pai esteja presente no discurso da função materna para que a função do pai simbólico seja estruturada, dada necessidade da existência das duas funções. A seguir nos deteremos mais profundamente na função paterna.

III. Função Paterna e o Nome do Pai.

Assim como a função materna, a função paterna é um operador simbólico, e não apenas uma posição ocupada pelo pai biológico. O pai, assim como a mãe, exerce uma função simbólica estruturante para a constituição subjetiva do sujeito.

No texto *A entrada principal e o significante “ser pai”*, Lacan afirma

(...) a questão é que a injunção destes fatos – copular com uma mulher, que ela porte em seguida alguma coisa durante certo tempo, em seu ventre, que esse produto acabe por ser rejeitado – jamais terminará por constituir a noção do que é ser pai. (1985 p. 329)

Assim, o autor Lacan desenvolve que a função paterna não se constitui no ato da cópula com a mulher, e sim na existência de sua função de pai no plano simbólico, o significante de pai:

(...) é preciso um efeito de retorno a fim de que o fato de copular para o homem receba o sentido que ele tem realmente, mas o qual nenhum acesso imaginário é possível, que a criança seja tanto dele quanto da mãe. E para que esse efeito de ação em retorno se produza, é preciso que a elaboração da noção de ser pai tenha sido, por meio de um trabalho que se produziu por todo um jogo de trocas culturais, levado ao estado de significante primeiro, e que esse significante tenha sua consistência e seu estatuto. (Lacan, 1985, p. 330)

Nesse mesmo sentido Hamad afirma “(...) um pai só advêm como terceiro como a castração relativa ao Édipo, e de onde decorre, então, a nodulação simbólica que estruturam os laços familiares.” (2002, p. 47)

Na psicanálise o pai simbólico é que inscreve a lei, a lei da proibição do incesto. Freud ao falar da função paterna, utilizando os mitos para ilustrar a sua importância, refere-se à mesma como a lei, interdição do incesto. Dor (2011) acredita que, em uma das obras mais importantes de Freud, *Totem e Tabu*, o mito é essencial para abordar a teoria do pai em psicanálise. Nesse texto Freud desenvolve o mito do pai na horda primitiva, é um texto mítico onde existe uma rebelião por parte dos filhos em relação ao chefe da horda, pois apenas ele, o chefe, tinha direito a ter as mulheres do grupo.

Conforme seus filhos amadureciam, o pai expulsava seu filho para que não tivesse contato com suas mulheres, inconformados, os filhos se unem em uma revolta, retornando ao povoado para matar e devorar o pai, acabando com a horda.

O referido texto fala da exogamia, proibição de relacionamento entre pessoas do mesmo totem/tribo, o mito está em torno da interdição, da existência de uma lei que interdita o desejo, isso é bem ilustrado por Freud ao afirmar :

As mais antigas e importantes proibições ligadas aos tabus são as duas leis básicas do totemismo: não matar o animal totêmico e evitar relações sexuais com membros do clã totêmico do sexo oposto. Estes devem ser, então, os mais antigos e poderosos dos desejos humanos. (2006, p.49)

No texto, ainda que tais filhos tenham matado e devorado seu pai, o sentimento de culpa e ambivalência, de amor e ódio, pelo pai, confere a este muito mais poder do que tinha antes, conforme podemos observar quando o autor afirma que “o pai morto tornou-se mais forte do que fora vivo”. (Freud, 2006, p.146).

Diante dessa leitura podemos compreender claramente que o que tem mais importância para a criança é o pai simbólico, introjetado, no caso do texto de Freud, o pai morto, não importando que o pai real não exista mais, pois se trata do simbolismo de sua função.

Em estudo do referido texto, Julien destaca:

O desamparo primário, diante da alienação primária referida ao corpo materno, definitivamente perdido, faz com que, através da linguagem possa surgir o pai simbólico, que é o pai morto, o pai primevo, da dívida simbólica, impagável, tal como Freud descreve em *Totem e Tabu*. (1997, p. 21)

A função paterna serve para estabelecer a lei simbólica, interdita o gozo e, ainda que o pai não seja o autor da lei, é quem a representa. Tal afirmativa pode ser extraída do texto *Totem e Tabu*, visto que o pai morto, representando a lei, ganha mais força no simbolismo dos sujeitos, apresentando crescente respeito à lei contra o incesto, fortemente marcada no sujeito.

Dor (2011) ilustra a compreensão sobre o pai quando descreve sobre a dimensão simbólica do mesmo, elucidando que

O estatuto de Pai é um puro referente cuja função simbólica é sustentada pela atribuição do objeto imaginário fálico. Todo Terceiro que responder a esta função mediatizando os desejos respectivos da mãe e do filho vai instituir, por sua incidência, o alcance legalizador da interdição do incesto. Ora, responder a esta função implica unicamente que seja convocado, em posição de *referente terceiro, o significante do Pai simbólico, isto é, o significante fálico enquanto simbolizando o objeto da falta desejado pela mãe.* (p. 39)

Para Lacan o pai realiza sua função paterna pelo o interdito simbólico. O pai, entendido como metáfora, significante que vem no lugar de outro significante, representa o mediador da relação e introduzi outro significante que permita com que a criança consiga ler o significante materno.

A metáfora paterna o Nome-do-Pai é uma operação simbólica que barra o significante materno, inscrevendo o sujeito na cultura, sujeito do desejo. Lacan explica "(...) a função do pai no complexo de Édipo é a de ser um significante substituído ao primeiro significante introduzido na simbolização, o significante materno" (Lacan, 1998, p. 181).

Conforme estudo realizado sobre o primeiro tempo de Édipo para Lacan ao analisarmos a função materna, temos o segundo tempo ao estudarmos a função paterna, quando o pai interdita/priva a mãe desse falo imaginário apresentado no primeiro tempo.

Corroborando com o afirmado, extraímos do texto de Lacan o seguinte dispositivo

(...) segundo tempo. Eu lhes digo que, sobre o plano imaginário, o pai intervém efetivamente como o privador da mãe, o que significa que a demanda endereçada ao Outro, caso transmita como convém, será encaminhada a um tribunal superior, se assim posso me expressar. (1998, p. 198).

Lacan nomeia o pai como mediador

(...) o que é essencial, é que a mãe funda o pai como mediador do que está para além da sua lei a dela e de seu capricho, ou seja, puramente e simplesmente, a lei como tal. Trata-se então do pai, portanto como Nome-do-Pai, estreitamente ligado à enunciação da lei, como todo o desenvolvimento da doutrina freudiana no lo anuncia e o promove. É nisto que ele é não é aceito pela criança como aquele que priva ou não priva a mãe do objeto de seu desejo. (Lacan, 1998, p. 197).

Assim, com a intervenção paterna a criança deixa de ser/ter o falo imaginário, o qual é, agora, compreendido como um significante do pai. O falo deixa de ser imaginário, passando a ser simbólico, representando ao sujeito a lei paterna que livra a criança de se colocar na posição de objeto de desejo da mãe.

Nesse sentido,

(...) o pai é, no Outro, o significante que representa a existência do lugar da cadeia significante como lei. (...) O pai acha se em uma posição metafórica, na medida e unicamente na medida, em que a mãe faz dele aquele que sanciona, por sua presença, a existência como tal do lugar da lei (Lacan, 1994, p. 202).

Compreendido que o pai interdita a mãe, a criança aceitando essa privação materna, quando menino, internaliza o pai como ideal do eu.

O pai simbólico é descrito por Lacan como mito, vez que "(...) o pai como aquele que ele promulga a lei é o pai morto, isto é, o símbolo do pai. O pai morto é o Nome-do-Pai, que é aí construído sobre o conteúdo" (1998, p. 152), ele corresponde à ordem simbólica que se inscreve ao final do complexo de Édipo, está relacionado esse fim à instauração da lei.

Assim, a função paterna é, ao mesmo tempo, recalque do gozo da mãe e a sublimação, ou seja, constitui a experiência humana.

No sentido que Lacan descreve, o pai é uma metáfora, sendo seu mecanismo correspondendo ao recalque original

(...) devemos definir a metáfora pela implementação de um significante em uma outra cadeia significante através da qual este que ele suplanta cai para o nível de significado e, como significante latente, perpetua o intervalo no qual uma outra cadeia significante pode entrar (1998, p. 708).

O Nome-do-Pai é um lugar necessário para a cadeia significante, já que “o pai é, no Outro, o significante que representa a existência do lugar da cadeia significante como lei” (Lacan, 1998, p. 202).

Pensando a metáfora paterna na ordem do discurso, percebemos uma construção metafórica pela substituição de um significante por outro, assim, a metáfora paterna desenvolve como uma base de substituição significante, assim, o significante de origem (da mãe) é brevemente recalcado em benefício de outro significante substituto (do pai), a criança só renunciará ao primeiro significante inconsciente através de uma renúncia simbólica ao objeto inaugural de desejo.

A intervenção do Nome-do-Pai é a função que permite a instauração da castração simbólica e o falo é o significado constituído à partir dessa operação.

Na metáfora paterna o sujeito responde à partir do significante fálico, construindo e organizando-se à partir dessa significação, dando sustentação para suas identificações nas relações com o desejo.

Ultrapassado o segundo, o terceiro momento do Édipo é a saída pela significação fálica, que se trata da forma que o sujeito responderá ao enigma do seu desejo do Outro.

Por fim, podemos concluir que a função paterna é essencial para a construção da estrutura neurótica, visto que o pai representa a lei, evidenciando-se a importância da função para a instauração da falta, *conditio sine qua non* para a constituição do sujeito.

IV- A Parentalidade e o desejo de ter um filho.

À partir da compreensão das funções anteriormente estudadas, podemos, deste ponto, iniciar o estudo da parentalidade, o desejo de ter um filho, adotado ou não, e as problemáticas envolvidas na instauração da parentalidade e filiação nos processos de adoção.

Veremos que tal instauração se dará, sobretudo, pelo desejo, que, para a psicanálise não se trata de querer ou algo a ser realizado, mas sempre o inconsciente.

Nesse sentido, Dolto define desejo da seguinte maneira:

Em psicanálise, falamos do desejo inconsciente, não do desejo de querer consciente. O desejo faz viver o ser humano em busca da afirmação de si, de sua criatividade, de alcançar sua potência humana. (...) o desejo é o que se fala e nunca é satisfeito completamente. É um impulso de vida que vai sempre longe do que a satisfação encontrada.(1998 p.31)

Compreendida sucintamente a definição de desejo pela psicanálise, estudaremos as conseqüências diretas na forma como o desejo de ter um filho se coloca para o homem e a mulher, nesse sentido, em 1924, no texto A dissolução do complexo de Édipo, Freud sugere que o lugar designado ao filho é o resultado um complicado processo de resolução edípica, operações que se diferenciam na menina e no menino.

Na concepção Freudiana, o desejo de ter um filho está relacionado, no caso das meninas, ao desejo de possuir o pênis não foi lhe dado por sua mãe, tampouco por seu pai.

O desejo de ter um filho é compreendido como o deslizamento do desejo de ter um pênis, formando uma equação simbólica bebê-falo. O filho viria como uma equivalência simbólica, na qual o filho substituiria o falo. Para Freud portanto, a maternidade é uma solução aos impasses da feminilidade, a resolução do Édipo.

Em 1931, no texto *Sexualidade feminina*, Freud demonstra o quanto a íntima ligação entre feminino e a maternidade estão interligados. Para as mulheres, o desejo de ter um filho, isto é, o desejo de ter o falo, se inscreve no inconsciente feminino.

Através do filho, as mulheres se sentem plena, nada lhes falta. O filho funcionaria como um objeto que completa suas carências e seus desejos mais íntimos.

Em relação ao desejo do filho no pai, Freud, em 1924, no texto *A dissolução do complexo de Édipo* contextualiza a saída do menino do Édipo. Ameaçado pela castração, o menino se identifica com o pai e se desvincula do desejo pela mãe. Desse modo, adquire atributos paternos que o possibilita de ser como o pai no futuro e instaurando um lugar para o futuro bebê.

Nessa mesma lógica, Lacan afirma que o verdadeiro objetivo de Édipo, "isto é, que ele próprio aceda um dia a essa posição tão problemática e paradoxal que der pai". (1995, p. 208).

Lacan (1995) ao fazer uma releitura do Caso Hans, aponta que o desejo de ser pai está relacionado com o falo. Tanto as meninas quanto os meninos

buscam o falo. Não se trata da perda do órgão, e sim do falo como significante que não se possui, o que nos torna sujeitos desejantes.

Em relação ao desejo de ter um filho, Hamad (2002) desenvolve uma articulação entre a trama de desejos envolvida:

Este três desejos se exprimem da seguinte forma:

- desejar um filho de um homem, o homem que está ali, o homem que uma mulher ama;
- desejar um filho de uma mulher, aquela que um homem ama;
- o encontro dos dois desejos no sentido em que isso se fala e em que, graças a essa fala, um filho já faz seu ninho no campo da linguagem que o acolherá e no qual ele evoluirá para conquistá-lo e fazê-lo seu, depois. O filho guardará a marca da forma como o desejo dos pais lhe for instilado, pegadas sobre as quais virão se inserir seus próprios significantes. (p. 79)

Desse modo, o desejo de ter um filho faz parte de uma cadeia simbólica constitutiva da própria identidade do sujeito, ou seja, a cadeia de significantes de desejos maternos e paternos, inconscientes e conscientes marcam a trama simbólica e a essa cadeia significante que torna o sujeito um ser desejante, inclusive o desejo ter um filho.

O desejo de ser mãe e pai pode ou não se colocar para o sujeito e depende do atravessamento do Édipo e da Castração, que pode dar acesso à posição parental, assim, para a psicanálise se estabelece uma diferença entre o desejo de ter um filho e o desejo de ser tornar mãe ou pai. O desejo de ter um

filho pode ser visto como uma solução para a castração por seu estatuto ilusório de completude narcísica.

Freud, no texto sobre o Narcisismo (1914), sugere que o amor parental nada mais é do que um retorno e reprodução do narcisismo dos pais, que colocam os filhos no lugar de “sua majestade, o bebê”, utilizando da criança para resgatar seu próprio narcisismo, como se o amor parental servisse como reparação para suturar suas fêrias narcísicas. Assim, o desejo de ter filho coloca em jogo o narcisismo dos pais.

Hamad (2002) afirma

(...) obrigar seus pais a fazer o luto de suas próprias crianças narcísicas, único meio, para ela, de existir. O “obrigar” significa que seu desejo opera para que os pais a acolham sem investimento narcísico demais e sem decepção ou rejeição demais. (p. 82)

O narcisismo ilustra a complexidade relacionada ao desejo de se ter um filho e a íntima ligação que possui com o complexo de Édipo e Castração, assim, se fazendo necessário ter em vista a singularidade de cada caso, pois a busca por um filho pode mais se relacionar a questões narcísicas, do que ao próprio desejo de se ter um filho.

A relação do narcisismo pode ainda estar ligado à demanda social ou uma forma ilusória de mediar os conflitos conjugais, tentativa de sanar as feridas narcísicas, entre outras possibilidades.

Portanto, é necessário o devido cuidado para a análise o tema, pois às vezes o enunciado “desejo de ter um filho” esconde o verdadeiro desejo, que não tem nenhuma correlação em realmente desejar ter um filho em si.

4.1 - O desejo de ter um filho e a busca pela adoção.

Muito frequentemente Homens e mulheres chegam à adoção por conta da impossibilidade gestacional, seja biológica, fisiológica ou até mesmo psicológica. No entanto, na clínica, observa-se outros motivos como, a morte de um filho, uma gestação complicada, medo da gravidez, contato com uma criança abandonada que desperta o desejo de poder cuidar dela, pessoas que não possuem parceiros, entre outros. O desejo de exercer a parentalidade também pode aparecer ligado a uma demanda social do tipo “há muitas crianças necessitadas”. Contudo, o que se faz essencial é que a criança tenha sido anunciada no discurso desses pais pelo desejo.

Por vezes, os futuros pais, não têm clareza do que mobiliza seu desejo e, sabemos que essas motivações, expressões de pensamentos e fantasias inconscientes podem interferir na relação com a criança, inclusive por vezes impedindo a filiação.

Lacan (1999) afirma que a filiação é um fato da linguagem, o ser humano se insere na cultura pela filiação, pois esta é transmitida pelos significantes, assim podemos compreender que para a psicanálise essa filiação é simbólica, está relacionada com uma inscrição na linhagem, na linguagem, na lei e da identificação.

A filiação não tem interligação com a questão do real, de ser filho biológico, visto que, contrariamente, nada adiantaria, pois seria uma operação inútil.

Como anteriormente, o desejo de ter um filho liga-se a vivência do Édipo marcada de forma singular na história de cada sujeito.

O desejo é uma dimensão estruturante da subjetividade que se inscreve na cadeia de significantes, se faz necessário ter uma escuta atenta para compreender do que se trata essa solicitação de adotar uma criança, se diz de um desejo ou não.

A escuta profissional da família no processo de adoção permite diferenciar desejo e o querer, ligado à demanda quando os pais candidatos se dirigem à instância judiciária em busca de um filho.

Hamad (2002) contextualiza a importância de ouvir os candidatos para que se realize um trabalho em face de problemáticas e entraves que podem surgir no campo da filiação e transmissão destes pais na hora de se adotar uma criança com possíveis obstáculos em relação à criança:

(...) trata-se de reenviar-lhes, com tato, o que ouvimos, sua posição recíproca em relação ao procedimento de adoção ou em relação a seu desejo de criança e ao lugar que cada um ocupa no que se refere ao desejo. Não se adota uma criança para agradar o marido, ou a mulher. Não regularizamos a questão da dívida com relação ao outro, em caso de esterilidade, por exemplo, oferecendo-lhe um filho que não podemos fazer para ele. (p.29)

Mais adiante, o autor cita alguns casos de pessoas que procuram a adoção e, por vezes, sofrem julgamentos, como, por exemplos, casais idosos, mulheres que por se ocuparam com a vida profissional não podem ter filhos, entre outros.

Ora, me parece importante ponderar nossas respostas, é porque há, por trás de tudo isso, elementos psíquicos a serem desvelados, elementos que poderiam nos guiar quanto ao caminho a seguir (Hamad, 2002, p 30)

Sendo assim, exemplifica

Querer um filho depois da menopausa nada tem de escandaloso se as entrevistas não revelarem uma relação particular com a sexualidade com desejo de ter um filho fora do sexo, ou, ainda, como uma recusa do homem. A menopausa é uma castração ainda mais dolorosa para a mulher quando ela não tem filhos. A adoção poderia ser uma forma, para ela, de não permanecer sozinha, ou seja, de continuar narcisicamente, agora que o real vem lembrá-la dessa inelutável data: a morte. (Hamad, 2002,p.30)

Hamad ilustra bem o quanto não se pode ter uma pré percepção da situação, fazendo-se necessário ouvir e analisar a relação particular de cada indivíduo com seu desejo de ter um filho.

A adoção, por vezes, pode ser entendida como um conflito relacionado a uma estrutura edipiana, que se trataria de uma recusa de ter um filho com o homem. Às vezes isso é oculto por uma fala conforme o seguinte exemplo, “procurei minha estabilidade financeira primeiro para depois ter um filho”, ficando este à sombra da busca pela estabilidade financeira, diminuindo a importância da questão de ter um filho, sendo muito mais relevante a referida a estabilidade financeira, o que pode ser resultado do conflito edipiano ou não.

Em certo caso clínico, a mãe adotiva buscou atendimento para a filha que contava com nove anos, queixando-se de que a criança passava por problemas, receando possível relação com a adoção. Referia que fizera tudo diferente com ela em relação as outras filhas, mas não sabia o porque isso estava acontecendo.

Durante a entrevista a mãe relata que a adoção da filha ocorreu no período que as outras filhas estavam saindo de casa. Uma tinha casado e a outra estava prestes a casar. Havia muito medo de ficar sozinha, período este em que uma conhecida ficou sabendo da criança para adoção, quando foi atrás do processo de guarda, para adotar.

O que se coloca em jogo para esta mãe não é propriamente o desejo de um filho, mas o medo da solidão. A solicitação de uma adoção liga-se aos conflitos despertados com a saída das filhas de casa.

Para Hamad o discurso dos pais se faz importante na medida em que pode ajudar o profissional a localizar o lugar da criança na economia psíquica de seus pais. “É possível, a luz de elemento do discurso sustentado pelos candidatos á adoção, ter uma idéia do lugar que a criança é chamada a ocupar na economia psíquica dos futuros pais” (p.78)

Ainda a respeito da importância da escuta e sobre o que esta por trás do projeto de adoção, Hamad, ilustra mais uma vez a questão de se pensar a singularidade, não se deixar enganar com a idéia de casal como unidade, mas se considerando a singularidade dos sujeitos dentro do casal parental.

(...) o que se chama um projeto: uma intenção comum, um ato que implique dois parceiros num engajamento solidário. Essa definição, no entanto, deve ser manejada com prudência. A idéia de que um projeto consiste em uma intenção comum poderia induzir que os dois conjugues consiste em uma intenção comum poderia induzir que os dois cônjuges estão implicados da mesma forma que as fantasias inconscientes que reagem as escolhas de um são, também, as que reagem as do outro. (2002,p. 45.)

Complementa “o projeto de adoção implica, para além da historia singular de cada um, a identificação do que de seu desejo da criança, de sua fantasia inconsciente, de sua estrutura se desvela nos interstícios de seu discurso.”(p. 47)

Logo, ao pensar na demanda jurídica de adoção, devemos levar em consideração que são dois sujeitos, cada um frente à particularidade do seu desejo

Hamad (2002) interroga a motivação da adoção nos casos em que existe a impossibilidade de gerar um filho em razão da esterilidade:

O fundo é o desejo da adoção pela adoção e não o desejo como paliativo de uma esterilidade. Se podemos, por vezes, considerar que é uma maneira muito pensada de colocar a questão da adoção, há casos em que a referência a miséria no mundo, por exemplo, esconde um estado depressivo projetado na criança a adotar e salvar. (p. 80)

Mais adiante, o autor desenvolve que a adoção não pode ser vista como uma sequência lógica de procedimentos médicos, como algo que venha a suprir uma falta ou reparar uma injustiça, mas deve-se ligar-se a uma disponibilidade psíquica em que a criança advenha no lugar do desejo do casal.

Diferente da concepção de um filho biológico, a adoção passa pelo luto da transmissão genética, onde os pais vivem a angústia de abrir mão de que o filho seja à imagem de sua mãe ou de seu pai.

Entre tantas fantasias que ocorrem sobre filhos adotivos, a genética é a questão que os liga à sua família de origem, escutando-se comumente frases do tipo "tenho medo que isso seja da sua família de origem". Levinzon (2004) problematiza esse conflito que comumente aparece nos pais adotivos.

Uma preocupação que se observa frequentemente nos pais adotivos refere-se à herança genética que a criança traz consigo. Na maioria das vezes os pais biológicos são desconhecidos, e informações importantes sobre as características herdadas da criança ficam perdidas. Pais e crianças deparam-se com um buraco que passa a ser preenchido com as mais diversas fantasias. Temores como a herança de

determinadas enfermidades, traços de caráter, dificuldade cognitivas e intelectuais estão presente nos pais adotivos com freqüência.(Levinzon, 2004, p. 32)

Nesses casos, os casais inférteis precisam elaborar de maneira satisfatória sua limitação biológica. Em alguns casos a esterilidade é sentida de forma narcísica, sendo necessário grande cuidado, pois pode gerar sentimentos de ambivalência em relação aos filhos, até mesmo hostilidade inconsciente.

Para se adotar, mesmo com a presença do desejo, faz-se necessário que os sentimentos acerca da sua esterilidade sejam suficientemente elaborados e que exista um luto dessa esterilidade. Nesses casos, diz-se de uma renúncia da imagem do filho biológico, uma renúncia da transmissão genética.

A questão da adoção e esterilidade sofre diferenciação entre a posição do homem e da mulher nesse processo, segundo Hamad (2002): “A esterilidade, no homem, é vivida na confusão entre o luto da transmissão e a castração real, ao passo que, na mulher, o filho adotivo, a mesmo título que o filho biológico, pode ser integrado na posição fálica.” (p.78), para ele, o homem, é muito mais difícil lidar com a esterilidade, pois para a mulher qualquer filho poderá ocupar a posição fálica:

Para o homem a questão do filho é referida, mais naturalmente que para uma mulher, à questão do desejo, na medida em que ele não tem que fazer o luto de uma gravidez. O que ele prioriza se situa mais do

lado da transmissão, assim como da experiência adquirida, do que dos bens materiais e do nome. Ele projeta no filho sua continuação, a continuação da linhagem e do patrimônio genético, termo que vem com mais frequência na boca dos homens do que das mulheres. As vezes encontramos nos homens estéreis algo como temor, ou uma reticência excessiva diante do não conhecido do patrimônio genético. Se a mulher deve carregar o luto da gravidez, o homem, antes, tem que carregar o da continuidade a linhagem. Quando ultrapassou essa dificuldade, ele parece se situar, de imediato, na dimensão do desejo da criança. Se esse não for o caso, ele não consegue assimilar. (p. 77)

O luto pode tanto significar um desejo de vida ou apenas uma tentativa de ocupar o lugar do objeto perdido, o filho. Para a criança adotiva, entrar nesse lugar de objeto perdido é prejudicial, pois não haverá espaço para se tornar sujeito.

Esse aspecto, como as demais particularidades acima descritas, não são específicos da adoção, e sim do lugar que o casal insere o filho.

Quando a criança ocupa para seus pais o lugar do objeto perdido, qual espaço é deixado para o desejo deste sujeito? De acordo com Hamad desenvolve que:

Em geral, quando o desejo da criança está muito ligado a esse desejo de atenuar um sofrimento, como um luto cruel ou uma experiência de maternidade medicamente complicada, me parece necessário refletir mais sobre isso. Em outras palavras, é melhor sugerir

adiar por mais algum tempo, um ano, por exemplo, o procedimento, embora deixando, evidentemente, a escolha de não seguir esse conselho e procurar outro psicólogo. Quando uma demanda de adoção está, de algum modo, sobrecarregada como muito sofrimento, é preciso tentar começar a trilhar, como os candidatos, uma reflexão que poderia chegar a necessidade de falar em outro lugar, com alguma outra pessoa, sobre o que eles vivem.(p.67)

O autor propõe o trabalho analítico com estes pais, e adverte que tais questões devam ser tratadas antes que se recomende o processo de adoção, para que este seja realizado com serenidade, evitando-se os casos em que existiu a adoção, como citado anteriormente, justamente para atenuar o sofrimento, tendo um apagamento dessa criança, ocupando um lugar apenas como uma pseudo solução para o sofrimento.

Hamad completa dizendo que

A dificuldade, no que diz respeito ao casal estéril, é que o filho biológico não vem tamponar esse imaginário para ajudá-lo, em seu trabalho de luto, a introduzir, pelo fato mesmo desse luto, esse algo que torna a vida possível como o filho da realidade, assim como se diz o pai da realidade. **Ou seja, um filho que não será a imagem de sua mãe, de seu pai, ou de seu suposto patrimônio genético. Mas que terá seu lugar como sujeito na medida em que algo faz ruptura e dá ao laço familiar um valor simbólico.** [grifo nosso] (2002,p. 79)

Sobre o temor da herança genética, podemos citar o caso clínico de uma mãe que busca acompanhamento psicológico para sua filha de quatro anos, adotada apenas algumas semanas após seu nascimento. A criança apresenta gagueira, ao que a mãe acrescenta “*ela é gaga, tenho medo que isso seja da família dela*” (sic).

O sintoma da filha adotiva é trazido como genético, algo externo à família e negado enquanto produto do sintoma parental. A mãe faz referência ao sintoma da filha como algo que não reconhece, sobre o que não tem a dizer, o que denuncia certo afrouxamento nos laços parento-filiais, conforme nos ensina Hamad (2002). Cabe destacar que não se trata de uma recusa completa das funções ocupadas por pai e mãe, dificuldade que Hamad enfatiza ocorrer nas famílias com filhos biológicos, embora as fantasias dos pais adotivos sobre a hereditariedade genética possam trazer um incremento às estas dificuldades.

Outro aspecto relevante sobre adoção suscitado em clínica se refere ao desejo dos pais que resultam na anulação imaginária da origem dos seus filhos adotivos, com isso pretende criar uma imagem semelhante a si.

(...) cada um é capturado narcisicamente pelo projeto de um filho, seja ele biológico ou adotivo. Essa posição, entretanto, apresenta um certo risco para a evolução da criança se o desejo de “criar á nossa imagem” induzir uma vontade de apagar sua história ou de supor que nada de sua pré história de sujeito é digno de sua história de filho inscrito na filiação. Isso parece mais preocupante ainda quando essa mesma vontade de fazer tábua rasa do passado esconde o medo de

uma rara hereditária familiar que poderia ressurgir ao primeiro incidente de percurso. (Hamad, 2002,p.54.)

Se para os pais, traços de diferença e da origem significarem uma grande ferida narcísica, corre-se o risco de que resulte a uma dificuldade na filiação do filho adotado, conseqüência mais séria que se observa nesses casos.

Em relação à ferida narcísica, a adoção dá margem para que os pais não precisem lidar com seu narcisismo, que possam colocar a responsabilidade nos outros. “Se ela é gaga”, como o exemplo citado, de pronto coloca como falha dos pais biológicos, salvando sua honra, não se responsabilizando e, por outro lado, não se filiando a essa criança.

Ademais, verificamos casos clínicos em que os pais adotivos, além de responsabilizarem a origem biológica dos filhos por seus supostos problemas, sentem-se lesados pelo fato de que seu filho adotivo estar distante do que foi imaginariamente idealizado .

Podemos verificar, nesse sentido, casos de tentativas de devolução da criança, mesmo transcorrido todo processo de adoção, por compreenderem a criança como um produto que não se enquadra às necessidades do adotante, evidenciando o lugar objetalizado ocupado pelo filho.

Inversamente, podemos também citar casos em que a parentalidade sede lugar ao altruísmo, deixando o discurso parental de lado para adquirir moldes sociais. O que se busca, nesses casos, não é o desejo de ter um filho, mas a benesse social que a adoção pode gerar. Da mesma forma, ainda que

buscando um bem social, a criança não abandona aquela posição de objeto, pois não é intenção do adotante estabelecer, de fato, a parentalidade e filiação.

Ao passo em que o adotante deixa de realizar a filiação do adotado para não lidar com sua ferida narcísica, coloca o filho no lugar de objeto passível de troca ou devolução, aqueles que procuram na adoção um mecanismo de benfeitoria social, igualmente não deixa a filiação se estruturar, pois procuram ocupar a posição de bem feitores, exigindo do filho a gratidão pelo ato de bondade por ele exercido.

Retomando o caso clínico, onde a mãe se refere à sintomática sendo proveniente da família biológica de sua filha, Lacan em “Duas notas sobre a criança” (2003a) afirma que criança corresponde ao que existe de sintomático da estrutura familiar, sendo as funções exercidas, conceito que se afasta do laço sanguíneo. O que é o sintomático na estrutura familiar (a criança neurótica é o sintoma do sintoma parental).

Assim, esses pais são responsáveis pelos sintomas de seus filhos, sendo necessário que assumam essa responsabilidade para possibilitar uma adoção plena, do contrário isso nunca será possível.

Desse modo, para Lacan o sintoma da criança e a parentalidade guardam íntima relação, independentemente se adotivos ou não. A ênfase dos pais no atributo significante “criança adotada” denuncia a posição titubeante dos pais frente à parentalidade deste filho. Nesse mesmo entendimento, Hamad (2010) desenvolve:

A adoção é efetiva quando não há mais alibi desculpando um comportamento ou sublinhando um outro. Enquanto os pais afirmarem

que “é porque é uma criança adotiva”, a adoção permanece problemática. Quando a criança sofre, é como sujeito que lida com sua história, tão singular quanto possa ser. Uma história não se reduz a um ato ou a um fato. Que um ato venha dar uma nova orientação a vida de alguém, isso não quer dizer que a vida não é mais isso. A função do álibi é de confundir o traço de uma história particular com a estrutura. Pode-se sofrer por ter sido abandonado ou ter sido adotado, mas isso não quer dizer em caso algum que não se é responsável pela própria vida, como qualquer pessoa, seja homem ou mulher. (p.60)

Assim, todo e qualquer problema que existe na dinâmica familiar se oculta atrás da adoção, como álibi para a problemática.

Outro aspecto que esbarra a questão da adoção e o desejo de ter um filho, diz respeito à insegurança da filiação, quando se trata da fantasia do filho adotivo ir à procura dos genitores. Levinzon (2004) destaca que fantasias deste tipo geram insegurança em relação à solidez do vínculo com a criança. Aspecto este que aparentemente não surge em casos de filhos biológicos, contudo sabemos que não é exatamente assim, visto que podem ocorrer na fantasia de pais de filhos biológicos, pois ambos se tratam da questão do desejo de ter um filho.

Levinzon (2004) afirma que pais adotivos, diferentemente de biológicos, tem receio de a criança decidir buscar sua família biológica, ou então, temem até a intervenção jurídica sobre a adoção, principalmente em casos de adoção “à brasileira”, que são as adoções sem aval jurídico, reforçando o medo de perder o filho. Nesse sentido, Levinzon, (2004) complementa:

Ao meu ver, o grande desafio da família adotiva encontra-se na aquisição e fortalecimento do sentimento de filiação. Não tendo um vínculo de sangue, muitas vezes há um sentimento de que o elo familiar não é sólido de fato. Frequentemente há, nos bastidores do relacionamento, fantasias secretas de que a criança poderá ser “devolvida” ou novamente abandonada, ou ainda que o amor não sobreviverá aos dissabores.(p.132.)

Nesses casos há necessidade de se construir um sentimento de pertinência, para todos na relação, pais e filhos, e, quando isso não ocorre, há uma fragilidade na filiação.

Essa é uma das fantasias que enfraquecem a filiação, assim como outras já abordadas acima, como, por exemplo, “ele é assim, pois é adotivo”, não conseguindo posicionar a criança como parte da família, sempre distanciando-a, seja por motivos narcísicos, como também já dito.

A relação da adoção e a demanda jurídica se refere ao lugar que essa criança ocupa na família frente ao desejo.

O trabalho clínico se dá diante da problemática instalada na instauração da filiação, visto que o mais importante é o lugar ocupado no desejo desses pais, independentemente da modalidade da adoção, jurídica ou não, pois para a Psicanálise o que se torna preponderante é o fato de que todo filho precisa ser adotado. Assim, por fim, a falha na instauração da filiação, conforme exemplos retro mencionados, desencadeará os problemas na relação entre pais e filhos.

V- O Sujeito e seu Outro

Neste capítulo abordaremos a compreensão do lugar ocupado pelo filho em relação ao casal parental, como aquele será inserido por estes, bem como as feridas narcísicas projetadas no filho, como os sonhos e expectativas que esses pais tinham deles próprios, projetados como ideal para o filho.

Freud (1914) no seu texto *“Sobre o narcisismo: uma introdução”* utiliza o termo “sua majestade o bebê” para situar o lugar e o valor da criança na estrutura familiar, compreendendo que o amor dos pais para seus filhos reflete o narcisismo daqueles

Podemos identificar que a forma com que se relacionam com seus filhos, trata-se de uma revivescência e reprodução do próprio narcisismo desses pais, supondo-se que a criança concretizará os sonhos aos quais os pais jamais tiveram acesso, sendo o filho a esperança para o sonho perdido.

Compreenderemos melhor o lugar ocupado pela criança, estudaremos a operação nomeada por Lacan como Alienação em seu seminário, livro 11, Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1998).

5.1 – A causação do sujeito e a operação de alienação

Retomando a idéia da constituição do sujeito para a psicanálise, ressaltamos que ele é pensado à partir do inconsciente que é estruturado pela linguagem, dessa forma, o inconsciente é uma cadeia de significantes que se articulam. Todo e qualquer sujeito está inserido na linguagem, sendo que esta precede o nascimento, significando que antes mesmo de uma criança nascer, ela já está presente no discurso de seus pais.

Nesse discurso os pais já pensam e falam sobre a criança que terão, constituem, portanto, um filho imaginário que tem seu lugar marcado no mundo antes mesmo de sua existência na linguagem. Temos no referido discurso a presença de expectativas das características físicas, projeções profissionais e sociais para o filho imaginário, assim, são esses significantes que constituirá o Outro na linguagem.

O Outro é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer. E eu disse – é o lado desse vivo, chamado á subjetividade, que se manifesta essencialmente a pulsão.(Lacan, 1998, p193-194)

Demonstra-se, portanto, a importância dos pais, ou quem lhes represente, na instauração do Outro da linguagem, tendo em vista os

significantes apresentados que influenciam os sujeitos, dando-se uma relação de revelia, onde o Sujeito é diretamente influenciado pelo Outro.

Lacan compreende que todo sujeito, todos os seres de linguagem, estão ligados a esse Outro da linguagem, a inserção do sujeito na linguagem a partir da projeção dos pais “Tu És isso” constitui para o autor uma forma de alienação, uma vez que o sujeito não tem outra escolha se não a de se identificar com os significantes colocados pelos seus pais.

A essência do sujeito se dá externamente, constitui-se da linguagem, sendo construído/moldado pelos pais, determinando o modo de agir e pensar.

Aqui os processos devem, certamente, ser articulados como circulares entre o sujeito e o Outro – do sujeito chamado ao Outro, ao sujeito pelo que ele viu a si mesmo aparecer no campo do outro, do Outro que lá retorna. (Lacan, 1998,p196).

Verifica-se, portanto, que a influencia dos significantes formam a identidade do sujeito, pois Outro se apresenta na compreensão dos pais a sua própria identidade, retornando essa compreensão para o Outro e o constituindo pelos significantes.

Compreende-se que o discurso do Inconsciente é o discurso do Outro, assim, é o sistema de significantes que organiza e conduz o sujeito, e nesse sentido o aliena fazendo com que este se encontre alienado no referido discurso.

Dessa maneira, o sujeito é inscrito na cadeia de significantes que vem desse do Outro, ressaltando-se que para a psicanálise o significante é

desprovido de um sentido comum, não possui descrição, tem uma significação inconsciente para cada sujeito.

No texto O Mito do Neurótico, Lacan afirma pontua-se:

Se quisesse caracterizar o sentido em que me senti apoiado e estimulado pela fala de Claude Lévi-Strauss, diria que foi na ênfase que ele pôs [...] no que chamei de função do significante, no sentido que esse termo tem em lingüística, na medida em que esse significante, não direi apenas se distingue por suas leis, mas prevalece sobre o significado ao qual ele as impõe. (Lacan, 2003, p.88)

Para que exista um sujeito, faz-se necessário dois significantes que, articulados em uma cadeia, torne-o sujeito. Nomearemos os significantes necessários para o sujeito de S1 e S2, que articulados formam a cadeia no campo do Outro, que será a base para a construção do sujeito através do discurso que os pais fazem em torno do bebe em razão da antecipação de um lugar de sujeito desejante.

Referido discurso é construído paulatinamente, visto que se trata de uma cadeia significante familiar adquirida através de gerações, representando o conjunto de representações recalçadas e suas sucessivas repetições, permitindo que os sujeitos se insiram e reconheçam nessa cadeia de significantes.

A compreensão dos significantes se dá a posteriori, no conjunto de significantes articulados. Nesse sentido Quinet esclarece ao afirmar que “não se trata de um significado que esgote o sentido, mas de um significante que

remete a outra cadeia associativa em que está presente a questão do desejo como desejo do Outro.” (2000, p.40). Referida articulação deve se dar em respeito à dualidade de significantes opositivos, S1 e S2.

Referidos determinantes são verificados por diversas na clínica infantil ao nos deparamos com significantes enunciados pelos pais das crianças como, por exemplo, “minha valente”, “minha borboletinha”, “meu sabido”, “filha minha se casará com médico”, “meu filho adotivo”, entre outros.

Tais adjetivos pronunciados por esses pais representam, como estudado, os determinantes aos quais o sujeito estará vinculado. A dualidade atribuída por S1 S2 é de interesse clínico, visto que são tais significantes que alienam o sujeito, assim, a combinação particular destes deve ser explorada no processo terapêutico, buscando-se o significado real de cada significante dentro da história familiar e pessoal de cada um de seus componentes.

Portanto, na Alienação o sujeito é capturado pelo desejo e os significantes do Outro, introduzindo-o na matriz simbólica do casal parental que produzirá marca constituinte do sujeito o seu lugar de cultura e na família, dessa forma constituirá o lugar simbólico.

A respeito dos significantes, em certo caso clínico presenciamos a narrativa de uma mãe adotiva que realizou a chamada *adoção à brasileira* (de maneira irregular, sem o devido processo legal), expondo que a mãe biológica de sua filha adotiva, enquanto esta ainda estava em período de gestação, se referia à criança como a “filha da outra”(sic).

Ao ouvir a história dessa mãe adotiva detectamos que esse “filha da outra” é o mesmo significante recebido pela sua mãe, a avó da criança adotiva, pois seu pai não era o pai de seus irmãos, então sua mãe lhe chamava de

“filha do outro”, que se tornou uma marca singular na história dessa família, transmitida entre as gerações. Sua mãe, ao reproduzir a fala da genitora e conseqüentemente referido significante, inscreve-a na linhagem das gerações.

Lacan contextualiza idéia, alegando que

O significante produzindo-se no campo do Outro faz surgir o sujeito de sua significação. Mas ele só funciona como significante *reduzindo* o sujeito em instância a não ser mais do que um significante, *petrificando-o* pelo mesmo movimento com que o chama a funcionar, a falar, como sujeito.(1998, p. 197).

Retomando a Alienação pelos significantes exposta anteriormente de forma breve, Lacan introduz o vel da alienação

(...) é que o significante como tal se designa o mesmo significante, não é evidentemente o mesmo significante que aquele pelo qual se designa o outro, isto salta os olhos. A palavra *obsoleta* no que se pode significar que a palavra *obsoleta* de um lado e de um outro. Isto nos deve encorajar a precisar esse vel que introduzo a vocês.(...) A alienação consiste nesse vel que – se a palavra condenado não suscitar objeções da parte de vocês, eu a retorno – condena o sujeito só aparecer nessa divisão que venho, me parece, de articular suficientemente ao dizer que se ele aparece de um lado como sentido, produzido pelo significante, de outro ele aparece como afanise.(1998,p.199)

A respeito da referida afânise, Lacan afirma que é o equivalente do recalque originário (*Urverdrängung*), que se trata de um conceito desenvolvido por Freud (1915) como sendo um mecanismo de defesa contra idéias incompatíveis ao eu, sendo o recalque primário que constitui o inconsciente.

Dessa maneira o que está em jogo é uma escolha forçada entre o *ser* (*sujeito*) e o do *Outro* (*sentido*), que representa o vel da alienação definido por uma escolha donde partimos desses dois conjuntos.

O *sentido* remete ao Outro da linguagem, o que constitui o sujeito, se o sujeito escolher o *ser*, ele escolhe não se alienar no campo do Outro, logo não se construirá. Para se tornar sujeito, precisará escolher o sentido, aceitar alienar seu desejo no desejo do Outro.

O *ser* e o *sentido* se excluem simultaneamente, sendo alternativas e não complementares. Mas é uma escolha condicionada por uma perda. Qualquer escolha tem uma impossibilidade, pois traz consigo uma parte da outra escolha. Dessa maneira, para o sujeito a escolha será forçada, visto que não há como deixar de perder algo, pois sua identificação inicial porta algo de não senso constitutivo.

Quando se escolhe *sentido*, há necessariamente uma perda do *ser*, pois o sujeito vem de um lugar que não é de si mesmo. Nesse sentido, o sujeito barrado surge em sua *falta-a-ser* como efeito do significante. Por outro lado, ao se sujeitar ao Outro, a criança se torna um sujeito da linguagem.

Segundo Soler (1997), os sujeitos estão sempre buscando as respostas sobre seu ser no Outro, através de escolha alienante do sentido. O sujeito teria duas alternativas, ou se petrificar em um significante, identificando-se a ele ou

deslizar interminavelmente entre os significantes, implicando uma perda bastante marcada qualquer alternativa escolhida.

O caminho do sujeito do significante é vagar pela indefinição ou se identificar a um significante, à custa de um desaparecimento do seu *ser*. Essa escolha seria forçada, pois que tem a reunião como operação lógica subjacente; há nela um elemento que comporta que, seja qual for a escolha operada, tenha-se por consequência “*nem um, nem outro*.” (Lacan, 1998, p. 200).

Para compreendemos, Lacan nos apresenta a seguinte escolha imposta por um assaltante: “*A bolsa ou a vida!* Se escolho a bolsa, perco as duas. Se escolho a vida, tenho a vida sem a bolsa, isto é, a vida decepada.” (1998 p. 201). Assim, não tem como fazer uma escolha plena no que se refere o ser falante, o restando sempre uma perda de sentido que o constitui.

A alienação consiste dessa escolha forçada, no sentido de se inscrever no campo do Outro. A alienação implica numa escolha entre dois termos, só podendo eleger um, sempre o mesmo, sabendo que esta eleição acarreta que um termo seja sempre perdido.

O Sujeito do inconsciente é o sujeito barrado constituído a partir do campo do Outro. Sua característica é de estar sob o significante num lugar indeterminado, ao escolher se alienar no campo do Outro, haverá sempre uma “falta a ser”.

Lacan contextualiza o sujeito barrado, ao traduzir *Vorstellungsrepräsentanz* por representante da representação, localizamos o mecanismo original da alienação.

(...) esse *Vorstellungsrepräsentanz*, nesse primeiro acasalamento significativo que nos permite conceber que o sujeito aparece primeiro no Outro, no que o primeiro significativo, o significativo unário, surge no campo do Outro, e no que ele representa o sujeito, para um outro significativo, o qual outro significativo tem por efeito a *afânise* do sujeito. Donde, divisão do sujeito – quando o sujeito aparece em algum lugar como sentido, em outro lugar ele se manifesta como *fading*, como desaparecimento. Há então, se assim podemos dizer, questão de vida e morte entre o significativo unário e o sujeito enquanto significativo binário, causa de seu desaparecimento. O *Vorstellungsrepräsentanz* é o significativo binário. (1998,p 207)

Dessa forma, o sujeito tem seu primeiro significativo marcado no Campo do Outro, sendo representado por outro significativo que equivale ao recalque original, sendo assim, o significativo binário, S2, constitui-se como significativo afanísico, na medida em que produz a afânise do sujeito; e é neste campo, o do significativo binário, que se inscreve o recalque originário. É nesta dimensão que se demarca a divisão do sujeito. Sendo assim, é o processo de substituição de significativo S1 pelo S2 que faz barreira no sujeito.

Todo esse processo de articulação dos significantes opositivos e sua influência sobre o sujeito, denominamos de Alienação, que se trata intimamente da relação pais-filhos, pois só se completará com a efetiva instauração dos significantes no Outro. Demonstra-se, portanto, a importância da operação da Alienação para a estruturação do sujeito, contudo, conforme abordaremos à seguir, para que o sujeito não se torne psicótico, não poderá

paralisar nesse lugar objetalizado, sendo necessária que ocorra a segunda operação de Lacan, chamada Separação.

5.2 – A causação do sujeito e a operação de separação

Estudado anteriormente, o sujeito deverá passar duas operações, conforme Lacan, tais operações são denominadas Alienação e Separação. No já compreendemos que a Alienação se trata da articulação dos significantes sobre o sujeito, os quais o aliena, contudo, para que o sujeito não fique paralisado como objeto de desejo dos pais, será necessária a segunda operação de Lacan, denominada Separação, onde o sujeito deverá realizar o movimento para se separar dos significantes, o que será melhor compreendido no estudo à seguir.

A operação de Separação é a junção do sujeito com o Outro, o *ser* e o *sentido*, tal intersecção surge do recobrimento de duas faltas. A falta é produzida pela perda do *ser*, própria da Alienação, e a falta no Outro, assim o sujeito percebe que ele próprio e o Outro são faltantes.

Para Soler (1997) é preciso supor a falta no Outro para situarmos a separação, não podendo se falar do mesmo Outro na alienação e na separação, pois o Outro na alienação não é percebido como um ser de falta, mas sim como pleno, completo, aquele que porta os significantes, em contra partida, na separação já é notado como faltante.

Através do intervalo no discurso do Outro que o sujeito encontra uma falta, devido ao desejo do Outro, mostrando que tem algo além dos significantes deste. Temos então um enigma, “o que o Outro quer?”

(...) uma falta é, pelo sujeito, encontrada no Outro, na intimação mesma que lhe faz o Outro por seu discurso. Nos intervalos do discurso do Outro, surge a experiência da criança, o seguinte, que é radicalmente destacável – *ele me diz isso, mas o que ele quer?* (Lacan, 1998, p.203).

O sujeito, ao se questionar o que o Outro quer dele, percebe a sua incompletude, pois o Outro deseja, assim, aliado ao enigma, temos nesse desejo um ser faltante.

Referida falta se faz presente, segundo Lacan

Nesse intervalo cortando os significantes, que faz parte da estrutura mesma do significante, está a morada do que, em outros registros do meu desenvolvimento chamei de metonímia. É de lá que se inclina, é lá que desliza, é lá que foge como o furão, o que chamamos desejo. O desejo do Outro é apreendido pelo sujeito naquilo que não cola, nas faltas do discurso do Outro, e todos os *por-ques?* da criança testemunham menos de uma avidez da razão das coisas do que constituem uma colocação em prova do adulto, um *porque será que você me diz isso?* sempre re-suscitado de seu fundo, que é o enigma do desejo do adulto. (1998, p.203)

O desejo do Outro é apreendido nas faltas do discurso e a criança responde o enigma do desejo como uma fantasia de morte, do seu desaparecimento. “O primeiro objeto que ele (criança) propõe a esse desejo

parental cujo objeto é desconhecido, é a sua própria perda – *Pode ele me perder?*” (Lacan, 1998, 203).

Assim, a falta na alienação vem do sujeito, já na separação é percebida no Outro, o sujeito é barrado pela alienação e o do Outro pela separação, portanto uma falta é recoberta por outra, confrontado com a falta do Outro, o sujeito responde com sua própria falta.

Pela alienação o sujeito se acha, se podemos dizer, o ponto fraco do casal primitivo da articulação de significante, no que ela é de essência alienante. É o intervalo entre esses dois significantes que vigia o desejo oferecido ao balizamento do sujeito na experiência do discurso do Outro, do primeiro Outro, com o qual ele tem que lidar, ponhamos, para ilustrá-lo, a mãe, no caso. É no que seu desejo está para além ou para aquém no que ela diz, do que ela intimida, do que ela faz surgir como sentido, é no que seu desejo é desconhecido, é nesse ponto de falta que se constitui o desejo do sujeito. O Sujeito por um processo que não deixa de conter engano, que não deixa de representar essa torção fundamental pela qual o que o sujeito reencontra não é o que anima seu movimento de tornar a achar- retorna então ao ponto inicial, que é o sua falta como tal – da falta de sua afanise. (Lacan, 1998, p.207)

O que Lacan (1998) nomeia de “torção essencial” representa equivalência em relação à falta do Outro, no texto *Posição do inconsciente* (1988), o autor nos dá outra imagem do que vem a ser a separação. O sujeito

promove um ataque à cadeia de significantes, estando diretamente ligado a um jogo próprio do sujeito.

Na torção da alienação o sujeito vem a utilizar a linguagem, dando-se, conforme Lacan, “[porque o sujeito] vem operar com sua própria perda, a qual o reconduz a seu começo” (1988, p. 858), implicando que o sujeito se aproprie das regras do Outro, dando então o reconhecimento da dívida simbólica que inicialmente lhe constitui.

A intersecção que implica a separação não envolve escolha como no vel da alienação, pois esta só aparece quando há um significante. Na separação se trata de uma relação da falta (*ser*) com a falta (*sentido*). Na separação, diferentemente da alienação, o sujeito não fica preso ao significante, ele pode manter certa liberdade.

Se a alienação é compreendida como destino do sujeito, pois todo ser faltante é alienado, e na decisão da separação que o sujeito escolhe se separar ou continuar alienado, por isso a importância da realização da segunda operação de Lacan.

Na separação é necessário que o sujeito queira se separar da cadeia de significantes, segundo Soler, “a separação supõe numa vontade de sair, uma vontade de saber o que se é para além daquilo que o Outro possa dizer, para além daquilo inscrito no Outro.” (1997, pp 62-63)

Assim na separação, rompendo com a cadeia de significantes, o sujeito sai do lugar de objeto do desejo materno, permitindo encontrar um espaço entre os significantes, assim construirá seu desejo. Observemos que a alienação e separação não são operações estáticas, pois se alternam e renovam constantemente.

Para que a separação ocorra, deverá existir a presença do desejo como condição. O Outro da separação não é mais o Outro dos significantes, nesse momento o sujeito olha para a falta do Outro, falta nomeada por Lacan como desejo.

Soler salienta que

A presença do desejo em si é a presença de algo que lhe falta. É a presença de alguma coisa que está sempre atrás da fala, mas que não pode ser sempre traduzida numa demanda precisa. E por isso que Lacan diz que o desejo é metonímia, algo que desliga na fala, mas que é impossível de se capturar.(1997, p. 63)

Dessa maneira, o sujeito na separação busca saber o que ele é no desejo do Outro. Para Lacan, não é o Outro que lhe dará essa resposta, pois neste se encontra apenas significantes vazios, afirmando que o sujeito vai além do significante, tratando-se da pulsão, do gozo. Assim o sujeito não é apenas dividido pelo significante, mas também pela pulsão.

Portanto, para que ocorra a alienação necessitamos dos significantes, na separação, faz-se necessária a pulsão como o representante psíquico dos estímulos que se originam no corpo, como sendo o impulso energético interno que direciona o comportamento do indivíduo.

O estudo da separação é importante para compreendermos a responsabilidade do sujeito na relação com seus pais, assim o sujeito, tomando uma posição ativa no processo de filiação, participando diretamente no

estabelecimento desse vínculo. À partir disso podemos delinear a influência do filho no processo de adoção, como passaremos a expor.

5.3 - O filho adotivo e sua influência no processo de adoção.

Com o estudo realizado à partir da alienação e separação, podemos identificar que o sujeito participa ativamente no seu processo de filiação, que, para nós, importa estudar a ocorrência dele nos casos de adoção. Demonstraremos que o filho adotivo exerce importante influência para o processo de adoção bem sucedido, pois, como veremos, não basta que os pais o adotem, mas que ele também adote esses pais. Isso reflete o conceito de adoção, conforme estudado, visto que se busca não somente a satisfação dos adotantes, mas também do adotado.

Para ilustrarmos a influencia do filho adotivo no processo de adoção, podemos, inicialmente, analisar o caso clinico, onde filhos adotivos se parecem fisicamente com seus pais.

Segundo Hamad (2002), em relação a essas crianças que são parecidas fisicamente com seus pais adotivos, a identificação com os pais é uma resposta da criança ao desejo do mesmo. Compreende “como uma estratégia inconsciente de se engancha no gozo do Outro a fim de se sujeitar a ele e se tornar o objeto de seu gozo.” (2002,p. 85).

Dessa maneira, notamos que a criança tenta se engancha no gozo materno, alienando-se nesse significante estabelecido pela mãe, no caso dos filhos adotivos isso se torna mais evidente, pois o sujeito se inscreve no significante do Outro, tornando-se fisicamente semelhante a este, conforme o

desejo expressado no discurso. Essa se trata apenas de uma entre inúmeras possibilidades de gozo dos pais, onde a criança fica submetida.

Contudo, para que se torne sujeito, deverá, conforme anteriormente estudado, escolher por se separar desses significantes, deixar de ser o filho objeto de desejo, portanto, participando ativamente na operação de separação.

Dessa maneira, a criança não sofre passiva em relação aos pais, torna-se sujeito e não mais objeto materno, se posiciona. A criança influencia seu destino, podendo inclusive modificar a posição dos adultos em relação à ela.

A responsabilidade na relação é dividida entre pais e filhos, pois conforme Lacan expõe, todo sujeito é alienado, seja adulto ou criança, pelo simples fato de serem sujeitos da linguagem, nos constituímos pelos significantes do Outro, assim, alienado a este, por isso todos portam responsabilidades na relação, portanto precisamos considerar que a criança também é um ser desejante e está implicado na relação parental.

Tal responsabilidade, assim como no caso dos filhos biológicos, não é afastada no caso da criança adotiva, pois esta também faz parte do processo, podendo contribuir ou não para se inscrever na filiação.

A criança quando não petrificada ao significante-mestre contribui ativamente para sua inscrição na filiação, sendo necessário que o desejo da criança também se inscreva e possa se posicionar, mudando seu lugar no desejo parental, portanto, os possíveis impasses frente à filiação são de responsabilidade de todos os envolvidos, pais e filhos.

A respeito dessa responsabilidade de participação ativa da criança, demonstraremos uma experiência de caso clínico de adoção tardia onde se evidencia a influencia do filho no processo de adoção.

Uma família procura a clínica solicitando uma terapia familiar queixando-se em razão de suposto desarranjo em função de problemas financeiros. Ao relatar a constituição familiar, a mãe evidencia que o filho é adotivo e que tinham o desejo de adotar uma menina com até 3 anos de idade, mas no processo de adoção acabou se aproximando do filho que foi adotado já com 11 anos.

Pelo relato dos pais, a adoção se deu via abrigo onde a mãe realiza trabalho voluntário. A criança em questão foi se aproximando da mãe, coisa que não fazia com outras funcionárias ou voluntárias, criava situações para poder ir às visitas na casa da futura mãe devido ao bom comportamento. Nesse ponto o filho adotado admite que se comportava dessa maneira justamente para poder ir a essas visitas.

Relatam ainda vários eventos que faziam juntos antes mesmo do processo de adoção, a exemplo um aniversário supressa na casa dos futuros pais adotivos, idas à estádios de futebol, entre outros. Nesse caso, evidencia-se a iniciativa de filiação adotiva da criança e não dos pais, que *in casu*, tinham um discurso bem diferente de suas intenções de adoção, mas, à partir do movimento da criança, houve um envolvimento, uma adoção de ambos os lados no sentido psíquico, onde se concretizou adoção.

Esse exemplo clínico ilustra bem quanto a criança, enquanto sujeito, participa do processo de adoção, da adoção enquanto processo psíquico. Podemos imaginar que o filho detectou algo além do discurso de quem seriam seus futuros pais, haja vista que enunciavam a intenção de adotar uma garota de até 3 anos de idade.

Em casos de adoção tardia é possível detectar com mais facilidade a participação ativa da criança no processo de adoção psíquica, o que não exclui ou diminui a participação nos casos de adoção de crianças menores, a respeito delas, ao falarmos da função materna no início deste trabalho, demos o exemplo dos bebês da casa abrigo que elegem uma cuidadora como Outro primordial, onde basta ouvir a voz dessa mulher para se acalmar, isso demonstra novamente o quanto a criança é ativa na relação com o Outro parental.

Evidencia-se, assim, a relação da criança com seu Outro Primordial mesmo no início da vida, ainda bebe, ao verificarmos esse fato conforme Spitzs, no texto de Hospitalismo (1979), descreve os sintomas de bebês abandonados ou hospitalizados que, mesmo recebendo os cuidados físicos adequados, adoeciam, apresentavam atraso no desenvolvimento corporal e de linguagem, dificuldades na habilidade manual e na adaptação ao meio ambiente e, nos casos mais graves, a ocorrência de apatia, por vezes evoluindo a óbito o quadro devido a privação afetiva total, pois apesar dos cuidados não havia o investimento psíquico necessário.

Dessa maneira, essas crianças eram cuidadas, mas não desejadas, gerando perturbações emocionais, comportamentais e desenvolvimento mentais graves.

No exemplo demonstrado e o caso dos bebês acima exposto, podemos observar que a adoção é uma via de mão dupla, os pais precisam inserir esse filho na filiação adotiva através do desejo, o filho adota à partir do desejo de ser filho desses pais.

Contudo, há casos em que a criança não consegue realizar essa ação de adotar seus pais, nesse sentido, Hamad (2002) demonstra que a impossibilidade de a criança adotar os pais adotivos que está intimamente ligada ao luto não feito. Alega que se a criança não fizer o luto não poderá se filiar a esses pais, devido à carga de culpa que essa criança carrega.

Dolto (1998), em seu livro *O Destino das Crianças*, ilustra qual seria o comportamento ideal no caso de adoções. Acredita na necessidade que os pais biológicos entregassem os filhos para adoção dizendo, por exemplo, “Eu fiz você como você é, mas infelizmente não posso criá-lo”. Reafirma a necessidade de sempre se dirigir à criança, independente da idade desta, acrescentando que “a criança escolhe seus pais tanto quanto é escolhida por eles.” (Dolto, 1998, p.97). Assim, ao falar para a criança sobre as impossibilidades desses pais biológicos de ficar com elas, proporcionará a possibilidade dela lidar com essa perda e fazer seu luto.

Hamad (2010) ilustra o quanto a criança adotiva se encontra em um impasse e um mal entendido, pois no momento que a criança adota os pais adotivos ela perde os pais biológicos, faz-se, portanto, necessário perder o primeiro objeto de amor. Complementa, ainda, alegando que atrás desse dilema existe uma problemática ainda maior, a história da criança que, por vezes, por ser marcada com grandes dramas não são contadas, mas todos precisam conhecer sua origem, visto que o contrário, como exposto acima, impossibilita de fazer o luto necessário.

Ressalte-se que o que se pretende não é contar a história na íntegra, visto que “a verdade se diz entre as linhas da narrativa. Ela se diz entre as

palavras, os sons, na melodia da voz materna e paterna.” (Hamad, 2010, p.145).

Assim como os pais, a criança, enquanto sujeito, também precisa lidar com sua ferida narcísica, nesse sentido Levinzon leciona que

(...) a situação de adoção representa para a criança adotada uma ferida narcísica, devido à separação de seus pais biológicos num período inicial da vida. Este sentimento fica registrado nela como uma marca profunda, que vai se manifestar em maior ou menor grau no decorrer de sua vida e no relacionamento com o mundo e consigo mesma. (2000, p.40)

Dessa maneira, assim como alguns pais adotivos precisam lidar com suas feridas narcísticas por não gerarem um filho, os filhos adotivos, por sua vez, precisam elaborar o luto da perda dos pais biológicos, e isso se dá pelo conhecimento de sua história.

Portanto, é de extrema importância que pais e filhos lidem com suas respectivas faltas.

No caso dos filhos adotivos, para que participem ativamente do processo de adoção psíquica, precisam, inicialmente, lidar com seu luto, propiciando, dessa maneira, a filiação em relação aos pais adotivos. Assim, conforme visto, a influência do filho adotivo no processo de adoção constitui grande parcela da instauração da filiação, pois o filho também adotará seus pais, participando ativamente dessa adoção psíquica, pois, como os pais, é um sujeito desejante.

VI- Conclusão

Iniciamos o trabalho de pesquisa distinguindo a conjugalidade da parentalidade para relacionar ao Outro da criança, desde onde pudemos compreender que os pais, para a psicanálise, representam as funções simbólicas . Distingue-se nessas funções o que se designa de materna e paterna pois uma indica uma posição desejante e a outra nomeia essa posição através de um significante privilegiado. Assim pai, mãe e criança estão imersos no campo simbólico e encarnam elementos de uma cadeia de significantes determinados pela lei da linguagem .

A respeito da função materna, foi possível concluir que ela não é exercida necessariamente pela mãe biológica, mas pelo sujeito que a ocupar podendo este ter ou não um vínculo estreito com a criança.

Essa função, como vimos, representa o Outro Primordial que introduzirá a criança no campo da cultura da linguagem, desempenhando importante papel no suporte especular, pulsional, corporal e significante, dando existência ao infans, deixando este de ser um “pedaço de carne”, passando a se tornar efetivamente um sujeito, um ser faltante, marcado simbolicamente na linguagem.

Quanto à função paterna, pudemos observar em nosso estudo que ela é essencial para a construção da estrutura neurótica, pois o pai representa a lei e instaura a falta, *conditio sine qua non* para a constituição do sujeito, uma vez que sua nomeação separa a criança do vínculo mortífero materno.

Ao estudarmos a parentalidade, o desejo de ter um filho e a demanda de adoção, ponto essencial de nosso trabalho, pudemos observar que para a psicanálise a parentalidade como função a ser exercida pelos pais deve se inscrever simbolicamente para que o filho advenha nesse campo. Pois o que está em jogo na constituição de um sujeito é a inscrição de um desejo prévio a partir do qual poderá se tornar falante e desejante

Os problemas e as intervenções clínicas necessárias tanto na relação do filho com os pais como na adoção decorrem da instauração da filiação, visto que o mais importante é o lugar ocupado da criança no desejo dos pais. Por isso, na psicanálise, todo filho precisa ser adotado (biológico ou não), sendo que a não localização no desejo parental necessariamente ocasiona uma problemática na filiação.

A respeito disso, lembramos também que estudamos as duas operações de causação do sujeito que Lacan designa. chama de Alienação e Separação. Na primeira operação, trata-se da inserção do sujeito na cadeia significativa através da alienação a significantes fundamentais enquanto que na segunda, para que o sujeito não fique paralisado como objeto de desejo dos pais, ele deve abandonar a cadeia e se identificar ao objeto, marcando assim sua divisão.

Por fim, estudamos a perspectiva do filho adotivo no processo de adoção, onde pudemos identificar que o sujeito participa ativamente no seu processo de filiação, exercendo importante influência para o processo de adoção bem sucedido, pois, como vimos, é necessário que ele também adote seus pais, ou seja: que ele apresente um desejo.

Portanto, para que ocorra efetivamente a adoção, a criança deverá participar ativamente do processo de adoção, devendo inicialmente, elaborar um luto que propiciara abertura para a filiação em relação aos pais adotivos.

Como vimos, para a psicanálise, os casos devem ser analisados em sua singularidade, não existindo, para tanto, uma fórmula pronta de resposta à problemática apresentada. Com os casos clínicos narrados no trabalho e as questões levantadas sobre os problemas na instauração da filiação, podemos apontar que, por vezes, a busca pela adoção se depara com a ferida narcísica desses pais, o luto mal elaborado, o anseio social pela realização da adoção como uma benesse, complexo de Édipo mal elaborado, entre outros.

Em todos esses casos observamos que o processo de adoção não se inicia com o desejo de ter um filho, mas sim o preenchimento de uma lacuna, colaborando, portanto, para que a adoção se torne problemática, pois não é tomada a partir de um desejo referido à própria filiação, mas um meio de diminuir suas próprias angústias.

Nos casos de adoção que não passam pelo desejo, os filhos adotados apresentam problemáticas ligadas a filiação, que são negadas e as dificuldades são apresentadas como decorrentes da adoção, como se isso fosse um qualificativo do ser da criança e não decorresse da falha na relação de filiação. Nesses casos, os pais adotivos imputam a perturbação a filiação biológica, como se as dificuldades não decorressem da relação mas de uma hereditariedade degenerada. Justificativa que demonstra o afastamento da filiação e a falta de implicação em relação ao desejo de filho.

É esse ponto que destacamos como o elemento mais importante para a instauração da filiação adotiva, a presença do desejo de filho. E que buscamos ressaltar no nosso estudo.

Ao receber uma criança adotada na clinica, devemos identificar onde se apresenta a falha do desejo instaurador da filiação, partindo não só do discurso dos pais mas também tomando o discurso da criança, para pensar a como será abordado o trabalho: pelo lado do infantil ou do familiar.

Podemos concluir que não há um problema inerente da adoção, apesar desta apresentar suas particularidades, o que ocorre é uma falha na filiação decorrente de uma problemática desejante nos sujeitos envolvidos

Por fim, ressaltamos que a intenção do presente trabalho não é o esgotamento do assunto, mas sim colaborar com a pesquisa e reflexão acadêmica em um tema, tão importante para a sociedade.

VII - Referencias Bibliográficas

ARAUJO.M.L (2002) - *A narrativa da experiência adotiva - Fantasias que envolvem a adoção*- Scielo- An. 3 Col. LEPSI IP/FE-USP 2002

ASSOUN, Paul-Laurent. (2007) O sujeito da psicanálise. In: ALTOÉ, Sônia (org.). *A Lei e as leis – Direito e Psicanálise*. Rio de Janeiro, Livraria e Editora Revinter.

AZENHA .C.A.C (2011) *O Lugar do Sujeito na Contemporaneidade e na Psicanálise: Questões Éticas* - Revista Metodista - Impulso, Vol. 21, No 52 - Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep)

BOLBY, J. *Cuidados maternos e saúde mental* (1976), São Paulo, Martins Fontes, 1981.

BRAUER.J.B. (1994) *A Criança No Discurso do Outro*- Um Exercício de Psicanálise - Editora Iluminuras Ltda. São Paulo

BRAUER.J.B (1997). *Sobre o trabalho analítico com crianças*. Estilos clin. Revista USP. 1997, vol.2, n.3, pp. 76-82. ISSN 1415-7128. www.revistas.usp.br/estic/article/download/60706/63755

BRIANI, Ana Cristina T. - *A Subjetividade na Adoção: Um Pequeno Ensaio de Ana Cristina* (2008) Contemporânea - Psicanálise e Transdisciplinaridade, Porto Alegre, n.06, Abr/Mai/Jun 2008 , artigo 187 -Disponível em: www.contemporaneo.org.br/contemporanea.php

BRUDER, M. C. R. (2005). A constituição do sujeito na psicanálise lacaniana: a separação e seus impasses. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRUDER, M. C. R. (2000). A alienação eternizada: uma abordagem estrutural de um caso clínico. *Psicologia USP*, 11(1), 189-205.

BULCÃO NASCIMENTO, M. (2008) As duas verdades: Lacan com Descartes, in *Revista Estudos Lacanianos*, v. 1, n. 2, pp. 357-364.

CARVALHO, Maria do Carmo B. (org.). (2003) A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC / Cortez.

COSTA, Maria Cecília S.(1998) *Os “filhos do coração”: adoção em camadas médias brasileiras*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CUNHA, Da. D.F (2007) *Construção da Subjetividade é diferente no filho adotivo ?*. Rio de Janeiro Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro - http://teses.ufrj.br/ip_d/dirceferreiradacunha.pdf

DARMON, M. (1994). Ensaio sobre a topologia lacaniana. Porto Alegre: Artes Médicas.

DESCARTES, R. (2000). *Meditações metafísicas*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1641, em latim).

DOLTO F. (1996) *No jogo com as crianças*. São Paulo. Atica

DOLTO F. (1998) *Destinos de Crianças: adoção, famílias de acolhimento, trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes

DOLTO, F. (1989). *Dialogando sobre crianças e adolescentes*. Campinas, SP: Papyrus.

DOR J. (2011) *A função dos Pais e seus avatares. E sua função em Psicanálise*. Ed. – Rio de Janeiro, Zahar, 2001

DUCATTI, Maria. (2004) *Diálogos sobre adoção*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2004.

ELIA, L. (2004). O conceito de sujeito. Coleção passo a passo. Rio de Janeiro: J. Zahar.

FERREIRA, Tânia. (2005) “Adoção: mitos, dilemas e equivocções” *in: A criança e a Saúde Mental*. Belo Horizonte, Autêntica.

FONSECA, Claudia. (2002) *Mãe é Uma Só?: Reflexões em Torno de Alguns Casos Brasileiros. Psicol. USP*[online]. vol.13, n.2, pp. 49-68. ISSN 0103-6564. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642002000200005>.

FINK, Bruce.(1998) *O Sujeito laciano*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

FREIRE, F. (org.).(1991) *Abandono e adoção: contribuições para uma cultura da adoção*.Curitiba, Terre des Hommes.

FREIRE, F. (org.).(1994) *Abandono e adoção II: contribuições para uma cultura da adoção* .Curitiba, Terre des Hommes.

FREUD. S, (1901) *A psicopatologia da Vida Cotidiana*. (Ed. Standard Bras.) Vol VI. Rio de Janeiro: Imago,1980

FREUD. S, (1905) *Três Ensaio sobre a sexualidade Infantil*. (Ed. tandard Bras.) Vol III. Rio de Janeiro: Imago,1980

FREUD. S, (1909 \1908) *Romances Familiares* . (Ed. Standard Bras.) Vol IX.
Rio de Janeiro: Imago, 1980

FREUD. S, (1912-1913) Totem e tabu. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago,

FREUD. S, (1914) *Sobre o narcisismo: Uma introdução*. Rio de Janeiro: Imago,

FREUD. S, (1915) *O Recalque* - vol. XIV, Rio de Janeiro, Ed. Imago, (1980)

FREUD. S, (1916) Instinto e suas vicissitudes. Edição Standar Brasileira. Vol.
XIV. Rio de Janeiro: Imago (1996)

FREUD. S, (1919) *O estranho*. Rio de Janeiro: imago, 1977. Vol. XVII.

FREUD. S, (1921) *Psicologia de grupo e análise do ego*. (Ed. Standard Bras.)
Vol XVIII. Rio de Janeiro: Imago,1980

FREUD. S, (1924). *A dissolução do complexo de Édipo*. In: Edição Standard
Riode Janeiro: Imago,1990

FREUD. S, (1927-1931) *O futuro de uma ilusão , O mal estar na Civilização e
Outros Trabalhos*. Coleção Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud -
Vol. 21 . Imago

FREUD, S. (1931). *Sexualidade feminina. Obras completas*, ESB, v. XXI. Rio de Janeiro: Imago.

GARCIA-ROZA,(1994) Luiz Alfredo. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

GRANATO, E. F. R. (1996) *A adoção no Brasil na atualidade*. Tese de Doutorado. Universidade Mackenzie / Faculdade de Direito, São Paulo.

GUIMARÃES, Maria Rita. “*A verdadeira mãe é a mãe adotiva*” in: *Revista Curinga. A criança entre a mulher e a mãe*. Publicação da Escola Brasileira de Psicanálise Minas Gerais, 2001.

GUYOMARD, Patrick. (2004) *A ordem da filiação*. In: *Sujeito do direito. Sujeito do desejo*. Sônia Altoé (org.). Rio de Janeiro, Ed. Revinter .

HAMAD, Nazir (2002) *A criança adotiva e suas famílias*. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2002.

HAMAD, Nazir (2006) *Adoção e parentalidade: questões atuais*. Porto Alegre: CMC, 20.

HOUSSET, D. (2001). *Adoção de irmãos*. In F. Freire (Ed.), *Abandono e adoção. Contribuições para uma cultura da adoção III* (pp. 119-126). Curitiba, PR: Terra dos Homens.

HURSTEL, Françoise. (2004) “A função paterna, questões de teoria ou: das Leis a Lei”. In: Sujeito do direito. Sujeito do desejo. Sônia Altoé (org.). Rio de Janeiro, Ed. Revinter.

JORGE, Marco Antonio Coutinho (2003). A Pulsão de morte. In. Estudos de Psicanálise. Belo Horizonte.

JORGE, Marco Antonio Coutinho (2004) “O sintoma é o que muitas pessoas têm de mais real – sobre os quatro conceitos fundamentais da psicanálise e a fantasia” in: Psicologia Clínica, v. 16.2, PUC-RJ, 2004

JORGE, Marco Antonio Coutinho (2005) Fundamentos de psicanálise de Freud a Lacan, vol.1: as bases conceituais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

JORGE, Marco Antonio Coutinho (2006) Arte e travessia da fantasia. In: Sobre arte e psicanálise. Rivera, T. e Safatle, V. (Orgs). São Paulo, Editora Escuta .

KAMERS, M. Do universal da maternagem ao singular da função materna. São Paulo: USP, 2005. 165p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

LACAN, J. (1986). *O seminário: Livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar (Originalmente publicado 1953-1954).

LACAN, J. (1995). *O Seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995

LACAN, J. (1995) Sobre o complexo de Édipo. In:_____. O seminário. Livro 4: a relação de objeto.4. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar

LACAN, J. (1997). *Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

LACAN, J. (1998) *O estádio do espelho como formador da função do eu*. In: J. Lacan, *Escritos*. (V. Ribeiro, trad.; pp. 96-103). Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1966).

LACAN, J. (1998). *Função e campo da fala e da linguagem em Psicanálise*. In *Escritos* (pp.238-324). Rio de Janeiro: Zahar . (Originalmente publicado em 1956).

LACAN, J. (1998). *O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (1959 - 1960).

LACAN, J. (1998) *Escritos*. Rio de Janeiro. Editora Zahar. (Original publicado em 1966).

LACAN, J. (1998) *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964) / Jacques Lacan; Texto estabelecido por Jacques Alain Miller; tradução de MD Magno. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (1901 – 1981)

LACAN, J. (1998) “A ciência e a verdade” (1966). In: *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.

LACAN, J. (1999) *O seminário, livro 5: As formações do Inconsciente*. Rio de Janeiro. Zahar.

LACAN, J. (1999) . *As Formações do Inconsciente* .Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,(1957-58)

LACAN, J. (2003a) *Nota sobre a criança*, In:. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar – 1969

LACAN, J. (2003) “Da psicanálise em suas relações com a realidade” (1967). In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003.

LACAN, J. (2003). *Alocução sobre a psicose das crianças* . In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., (1967).

LACAN, J. (2005). *O Simbólico, o Imaginário e o Real*. Em *Nomes-do-Pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., - escrito em 1953

LACAN, J. (2008). *O mito individual do Neurótico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. (1952-53).

LACAN, J. (2008). A Estrada Principal e o significante ser pai. O seminário, livro 3: as psicoses. Rio de Janeiro : Zahar, 2008

LADVOCAT, Cynthia. *Mitos e segredos sobre a origem da criança na família adotiva*. Rio de Janeiro, Booklink, 2002.

LAURENT, E. *Alienação e Separação II*. Para ler o seminário 11 de Lacan.

FELDSTEIN, R.; FINK, B.; JAANUS, M. (orgs). Rio de janeiro: Jorge Zahar Ed

LAURENT, E. *Alienação e Separação II*. Para ler o seminário 11 de Lacan.

FELDSTEIN, R.; FINK, B.; JAANUS, M. (orgs). Rio de janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LAPLANCHE, Jean. (1982/1998). Vocabulário da psicanálise/Laplanche e Pontalis. Trad. Pedro Tamen. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

LEMERLE, R M. (2004) "Sujeito do direito, sujeito do desejo". In: Sujeito do direito. Sujeito do desejo. Sônia Altoé (org.). Rio de Janeiro, Ed. Revinter

LEVINZON, Gina Khafif. (2000)*A criança adotiva na Psicoterapia psicanalítica*. São Paulo: Escuta.

LEVINZON, Gina Khafif. (2004) *Adoção*. Coleção Clínica Psicanalítica / dirigida por Flávio Carvalho Ferraz. São Paulo: Casa do Psicólogo.

LIPP, Laura Kolberg; MELLO, Ana Beatriz Guerra and RIBEIRO, Marianne M. Stolzmann Mendes. (2011) – *O patinho feio no imaginário parental*. *Ágora (Rio J.)* [online]. 2011, vol.14, n.2, pp. 275-291. ISSN 1516-1498. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982011000200008>.

MANFREDI, Inês Rosales. “Sujeitos da adoção: genitores, pais e crianças”. In: *Revista Marraio. Formações clínicas do campo laciano*. Rio de Janeiro, Rios Ambiciosos, 2001

MARTINHO, M. H. (2005) “O sujeito e o laço social: que lugar para o psicanalista fora do consultório?”. In: *Psicanálise, clínica e instituição*. Altoé, Sonia e Mello, Márcia (orgs.). Rio de Janeiro, Rios Ambiciosos.

MIRANDA, C. E. S. & COHEN, R. H. P, (2012) *Uma Criança é Adotada: O Lugar Simbólico da Filiação e seus Efeitos Subjetivos- Psicologia em Pesquisa* | UFJF, Vol 1 numero 6 Janeiro-Junho de 2012

MICHAELIS,(2000) *Dicionário da Língua Portuguesa*, Companhia Melhoramentos.

MOLINA, S. E. (2001) – *A Intervenção Psicanalítica em Crianças Adotivas*.
Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, N ° 21 -
<http://www.appoa.com.br/uploads/arquivos/revistas/revista21.pdf>

MOTTA, M. A. (2001) *Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção*.
São Paulo, Cortez.

NASCIMENTO, M.B (2010). *Alienação, separação e a travessia do fantasma*.
Estudos Lacanianos, 2 (4), 283-294.

PEREIRA, T. S. (1996). *Direito da criança e do adolescente: Uma proposta interdisciplinar*. Rio de Janeiro, RJ: Renovar.

QUEIROZ, Edilene Freire de. O “estranho” filho adotivo: uma leitura clínica do Unheimlich na adoção. *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo: v.7, n. 4, p.100-111, dez., 2004.

QUEIROZ, E. Freire & PASSOS, M. Consuelo (2012) – *A clínica da adoção* -
Editora Universidade UFPE – Recife

QUINET , A. (2000). *A descoberta do inconsciente: do desejo ao sintoma*. Rio de Janeiro: J. Zahar.

ROUDINESCO, E., e PLON, M.(1998) *Dicionário de Psicanálise*, tradução de Vera Ribeiro, Lucy Magalhães. Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar.

ROUDINESCO, E. (2003) *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

ROUDINESCO, E. (2006). *A análise e o arquivo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar

ROUDINESCO, E. (2011). *Lacan , a despeito de tudo e todos*. Rio de Janeiro. Editora Jorge ZAhar.

SAFATLE, Vladimir. (2007) - *Lacan / Vladimir Safatle*. – São Paulo: Publicafolha. 2007. – (Folha Explica)

SARTI, C. A. (2003) “Família e individualidade: um problema moderno”, in: CARVALHO, Maria do Carmo B. (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC / Cortez.

SCHETTINNI, L. (1998) *Compreendendo os pais adotivos*.

SCHETTINNI, L. (1999) *Adoção: Origem,segredo, revelação*.Recife: Bagaço.

SCHETTINNI, L.; SCHUEPP.(1994) *Os Desafios da adoção no Brasil*. Em Freire,F. (org.) *Abandono e Adoção: Contribuições para uma cultura de adoção II*. Curitiba: Terre deshombres.

SILVA, A.F. A. (2004).“O Judiciário e os novos paradigmas conceituais e normativos da Infância e Juventude”. In: Sujeito do direito. Sujeito do desejo. Sônia Altoé (org.). Rio de Janeiro, Ed. Revinter.

SILVA, Adriana P. (2007)- *Encontros e desencontros na adoção – considerações a partir de um caso clínico*. Mestrado Em Pesquisa e Ciência em Psicanálise - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SOLER, Colette. (1997) *O sujeito e o Outro I*. In: SOLER, C. Para ler o seminário 11 de Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SOLER, Colette. (1997) *O sujeito e o Outro II*. In: SOLER, C. Para ler o seminário 11 de Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SPITZ, R. A. (1979). *O Primeiro Ano de Vida*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.

SCHETTINNI, L. (1998) *Compreendendo os pais adotivos*.

SCHETTINNI, L. (1999) *Adoção: Origem,segredo, revelação*.Recife: Bagaço.

SCHETTINNI, L.; SCHUEPP.(1994) *Os Desafios da adoção no Brasil*. Em Freire,F. (org.) *Abandono e Adoção: Contribuições para uma cultura de adoção II*. Curitiba: Terre dês hommes.

VARGAS, Marlizete Maldonado. Adoção tardia: da família sonhada à família possível. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1998.

TRINDADE, Z. A. (1993). As representações sociais e o cotidiano: A questão da maternidade e da paternidade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 9(3).

WEBER, Lidia N. D. Laços de ternura: pesquisas e histórias de adoção. Curitiba, Editora Santa Mônica, 1998. 132

WEBER. Pais e filhos por adoção no Brasil: características, expectativas e sentimentos. Curitiba, Juruá, 2001.

WEBER. "O psicólogo e as práticas de adoção". In: *Psicologia Jurídica no Brasil*. Coleção Ensino da Psicologia. Hebe Signorini Gonçalves, Eduardo Pontes Brandão (orgs.). Rio de Janeiro, Nau Editora, 2004.

ZIMERMAN, D. (1999) Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica: uma abordagem didática. Porto Alegre: Artes Medicas.